



EDIÇÃO ESPECIAL

UNDIME SP

**União dos Dirigentes Municipais
de Educação**

Três décadas de conquistas e representatividade

**As complexas
responsabilidades
do DME**

**A atuação da
Undime-SP**

**Quem construiu
a entidade**

**As prioridades da
educação**

Escolha inteligente do município, futuro brilhante para todos.

Fazer uma escolha inteligente representa melhoria e desenvolvimento do ensino na sua cidade. O **SIM Sistema de Ensino** promove um conjunto de soluções educacionais, preparando o aluno para os desafios escolares, ajudando na formação de cidadãos conscientes e contribuindo com o Ideb da cidade.

SIM Sistema de Ensino.
Desenvolvimento para os
alunos, reconhecimento
para o município.



Conheça também as Soluções Integradas da FTD Educação.

Incentivo à Leitura



Empreendedorismo



Educação Financeira



Ética e Cidadania



Para conhecer os diferenciais e as soluções educacionais do SIM Sistema de Ensino, solicite a visita de um consultor comercial.

Central de Relacionamento com o Cliente
0800 729 3232



Ferramentas e conteúdos
multimídia para professores,
gestores e alunos.



Avaliação
Educação



Consultoria
Educação



Eventos de
Atualização
Profissional



Educação
no Trânsito



Formação de Valores



Ensino Religioso



Idiomas



Undime-SP

Uma trajetória de compromisso com a educação paulista

Estamos realizando o nosso 26º Fórum, promovendo debates a respeito dos principais desafios educacionais que vivenciaremos durante o ano de 2016, na década da implantação dos Planos Municipais de Educação.

Durante os anos de 2013, 2014 e 2015 estive presente em dezenas de encontros em que tratamos dos Planos Municipais de Educação das cidades do estado de São Paulo. Foram momentos de reflexões importantes e já vislumbrávamos o grande desafio que estava por vir.

Neste momento, temos a difícil tarefa de desenvolver e empreender ações que proporcionem aos municípios condições de atingirem as metas estabelecidas pelo PME.

A educação brasileira segue o seu processo de evolução. Precisaremos estar atentos a essas metas, considerando as restrições orçamentárias, ante a crise econômica que estamos enfrentando.

Refletir cada passo é mais do que prudente; é essencial para que possamos manter as conquistas e melhorar ainda mais a educação brasileira.

Há muitas questões importantes a serem abordadas, algumas até definidas neste ano de 2016: Base Nacional Comum, custo-aluno-qualidade, Lei de Responsabilidade Educacional, Sistema Nacional de Educação, merenda e transporte, entre outras. São temas que irão impactar diretamente a gestão educacional e, por isso, farão parte de nosso Fórum, dos seminários e das capacitações.

Entretanto, o tema que mais irá nos afligir é a questão da dimi-

nuição dos repasses referentes aos convênios dos programas federais, o que, sem dúvida, irá sobrecarregar o orçamento educacional de todos os municípios brasileiros.

A participação de todos nesse processo é importante, para for-

talecer ainda mais a nossa instituição. Todos devem comparecer a nossas reuniões e capacitações, para compartilhar informações e experiências, compondo comissões para acompanhamento dos temas principais a serem discutidos, a fim



Marialba da Glória Garcia Carneiro, presidente da Undime-SP, secretária de Educação e vice-prefeita de Pereira Barreto



de fazer avançar educação de nosso país. O entusiasmo e o comprometimento dos municípios paulistas são significativos, pois todos nós acreditamos no poder da educação e trabalhamos intensamente para fazer a diferença na educação brasileira. As dificuldades poderão ser grandes, mas nossa determinação será ainda maior, mais intensa.

Agradeço imensamente a confiança a mim depositada e comprometo-me a manter os rumos de nossa entidade, no objetivo de oferecer formação e orientação aos dirigentes e às equipes das secretarias, para que todos tenham o necessário respaldo que a Undime-SP vem oferecendo nesses últimos anos, quando reformulamos o caminho para dar

suporte a todos os associados e manter o caráter interlocutor na defesa dos interesses da educação pública de qualidade como direito de todos.

O meu muito obrigada àqueles que diariamente, e incansavelmente, estão na Undime-SP atendendo as demandas apresentadas pelos DMEs, à Diretoria Executiva, aos membros de comissões, à nossa querida Priscilla Bonini e a todos que ao longo desses 29 anos contribuíram para a construção desta entidade que tem como principal objetivo discutir e auxiliar na elaboração de políticas públicas que coloquem o Brasil em posição de destaque no cenário mundial.

Podemos, sim, fazer a diferença! Abraços fraternos.

SUMÁRIO

6	O 26º Fórum Estadual
8	O dirigente municipal de educação
12	A atuação da Undime-SP
15	Desafios da educação
18	1986: quando tudo começou
22	1990 a 1992
25	1993 a 1996
30	1997 a 2000
34	2001 a 2004
37	2005 a 2008
40	2009 a 2012
43	2013 a 2015
46	Polos da Undime-SP
48	Representantes institucionais
50	Comissões de análises e estudos



Diretoria Executiva – Biênio 2015-2016
Presidente
 Marialba da Glória Garcia Carneiro – Pereira Barreto

Vice-Presidente Regionais/Interior
 Rute Maria Pozzi Casati – Descalvado

Secretária de Coordenação Técnica
 Marlene Conceição Anversa Pereira – Ipaussu

Secretário de Articulação
 João Roberto Costa de Souza – Jacareí

Secretária de Finanças
 Sílvia Cristina Rodolfo – Votuporanga

Secretária de Assuntos Jurídicos
 Rosângela Ceron do Valle Pereira Polidoro – Tabapuã

Secretária de Comunicação
 Luciene Garcia Ferreira e Silva – Tarumã

VOGAIS
 Rita de Cassia Transferetti – Indaiatuba
 Lauro Alexandre Silva de Oliveira – Palestina
 Maria Tereza Paschoal de Moraes – Ourinhos
 Célia Maria Monti Viam Rocha – Socorro
 Venúzia Fernandes do Nascimento – Santos

CONSELHO FISCAL
 José Henrique Rossi – Junqueirópolis
 Lídia Lúcia Sarmento de Lima – Ilhabela

Suplentes
 Leandro Vitoriano da Silva – Rubiácea
 Luiz Miguel Martins Garcia – Sud Mennucci
 Maria das Graças Marins Daemon – Taquarituba

CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES
 Presidente: Priscila Maria Bonini Ribeiro – Guarujá
 Jovana Leite de Oliveira Dognani – Fartura
 Aparecido Cipriano Alves Cipriano – Barretos

Suplentes
 Heloisa Maria Cunha do Carmo – Rio Claro
 Fabiana Grano Garcia Sampaio – Franca

Fale com a Undime-SP
 Telefones: (11) 3120-3374, (11) 3257-2794

E-mail
undimesp@gmail.com

No Facebook
<https://www.facebook.com/undime.sp.dme>

Assessora da Presidência
 Ivelise Viudes – (13) 99770-8787

Assessoria Jurídica
 Dr. Fabiano Lopes – (13) 98170-6300 Assessoria
 Comunicação: Maura Pescador – (13) 98131-9510

Assessoria de Comunicação
 Maura Pescador – (13) 98131-9510



Realização: Editora Segmento
Diretor editorial: Rubem Barros
Edição: Ricardo Marques da Silva
Edição de arte: Renato Yakabe
Fotos: Acervo Undime-SP e Undime Nacional

Atibaia recebe o 26^o Fórum Estadual



Nos dias 2, 3 e 4 de março, a Undime-SP realiza em Atibaia seu 26º Fórum Estadual, com o tema “Gestão eficaz respeita a diversidade e promove a igualdade”.

Neste ano, o Fórum abordará as seguintes questões:

- desafios e perspectivas das políticas públicas educacionais para 2016;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- financiamento e qualidade da educação básica (CAQ/CAQi);
- índice de efetividade da gestão municipal – Igem (TCE/SP);
- gestão da educação;
- sistema de formação de lideranças escolares da Inglaterra e possí-

veis alternativas para o Brasil;

• educação, escola e docência. Confirmaram presença Manoel Palácios (SEB/MEC); Cleide Bauab Eid Bochixio (SEE/SP); Antonio Idilvan de Lima Alencar (FNDE); Élica Graziane Pinto (procuradora do Ministério Público do TCE/SP); Ghisleine Trigo Silveira (coordenadora estadual da BNCC); Alessio Costa Lima (presidente da Undime); Cláudio Anjos e Fernanda Medeiros (Consulado Britânico); Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação); Carlos Eduardo Sanches; Léo Fraiman; e o professor, palestrante e escritor Mário Sérgio Cortella.

Segundo Marialba Carneiro, presidente da Undime SP e diri-

gente municipal de Educação de Pereira Barreto (SP), o Fórum é um momento muito especial: “Essa interação entre os colegas dirigentes educacionais é importante tanto pelo aprendizado que se tem como pela troca de experiências que o evento proporciona. Além disso, os temas sugeridos pelos próprios dirigentes são questões que irão permear as ações desenvolvidas pelos municípios. Participar do Fórum é também uma oportunidade diferenciada de contato com representantes do MEC, da Secretaria da Educação de São Paulo e do Tribunal de Contas de São Paulo, e também para tirar dúvidas nos plantões de atendimento de órgãos estaduais e federais”.

Programação preliminar do 26º Fórum Estadual 2016

2 de março (quarta-feira)

Das 16h às 17h30 – Abertura

Tema: Desafio das Políticas Públicas Educativas 2016

- Marialba Carneiro, secretária Municipal de Educação de Pereira Barreto e presidente da UNDIME/SP
- Aloízio Mercadante, ministro da Educação (a confirmar)
- Antônio Idilvan de Lima Alencar, presidente do FNDE
- Manoel Palácios da Cunha e Melo, secretário de Educação Básica – SEB/MEC
- Mozart Neves, diretor de Articulação do Instituto Ayrton Senna
- José Renato Nalini, secretário Estadual de Educação de São Paulo
- Aléssio Costa Lima, presidente da Undime Nacional

Das 17h35 às 18h30

Tema: Base Nacional Comum Curricular – BNCC

- Marialba Carneiro, secretária Municipal de Educação de Pereira Barreto e presidente da UNDIME/SP
- José Renato Nalini, secretário Estadual de Educação de São Paulo
- Manoel Palácios da Cunha e Melo, secretário de Educação Básica – SEB/MEC
- Ghisleine Trigo Silveira, coordenadora de Gestão da Educação Básica – SEE
- Maria Inez Fini, coordenadora do Observatório da Educação de Campinas

Das 18h30 às 18h40 – Homenagem aos ex-presidentes da Undime-SP

18h40 – Balé moderno

20h – Jantar

3 de março (quinta-feira)

Das 8h30 às 10h

Tema: Qualidade e Financiamento da Educação Básica

- Daniel Tojeira Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelos Direitos à Educação – Custo-aluno-qualidade inicial – CAQi
- Carlos Eduardo Sanches, Pacto Federativo

Das 10h00 às 10h30 – Café

Das 10h30 às 13h

- Maria Cristina M. Cordeiro, procuradora da República – O Ministério Público pela educação – MPEDUC (a confirmar)
- Cristiana de Castro Moraes, presidente do TCE / SP – Índice de Efetividade da Gestão Municipal
- Élide Graziane Pinto, procuradora de contas do Ministério Público do TCE/SP – Gasto Mínimo em Educação Vinculado ao PNE

Das 13h às 14h30 – Almoço

Das 14h30 às 15h30

- Léo Fraiman – Projeto de Vida a Partir da Escola: Desafios e Oportunidades da Gestão Escolar

Das 15h30 às 16h30

- Cláudio dos Anjos, British Council – O Sistema de Formação de Lideranças Escolares na Inglaterra
- Fernanda Medeiros – Possíveis Alternativas de Formação de Gestores para o Brasil

Das 16h30 às 17h – Café

Das 17h00 às 18:30

- Marialba Carneiro – Gestão da Undime-SP

20h – Jantar festivo

4 de março (sexta-feira)

Das 9h00 às 10h30

- Mario Sergio Cortella – Educação, Escola e Docência: Novos Tempos, Novas Atitudes
- Marialba Carneiro – Encerramento

De 2 a 4/03/16

- Escritório da FNDE – Plantão de Atendimento
- Expositores parceiros

O dirigente municipal de educação: na linha de frente

Com responsabilidades cada vez mais complexas e difíceis, o DME precisa se equilibrar entre o atendimento às necessidades imediatas da população e o cumprimento de uma legislação rigorosa, num contexto em que as deficiências no planejamento fazem parte da realidade histórica do país



É tão recorrente quanto verdadeira a afirmação de que tudo acontece no município; ou seja, as pessoas vivem de fato no município, e é ali, perto de casa, que cobram os serviços públicos a que têm direito, em especial saúde e educação. Na linha de frente estão os prefeitos e os secretários das áreas envolvidas, cara a cara com as demandas da população e, em geral, com mais necessidades do que recursos.

O cargo de secretário de Educação é particularmente complexo, considerando a municipalização do ensino para faixas cada vez mais amplas do público que necessita de vagas nas escolas e creches. Essa é uma das razões que explicam por que a sigla Undime significa União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Desde sua criação, em 10 de outubro de 1986, a Undime optou por utilizar o termo “dirigente municipal de educação”, ou DME, em vez de “secretário”, conforme está explicado na publicação *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas*, de 2014: “A Undime utiliza o termo *dirigente* em vez de *secretário* municipal de educação visando demonstrar seu entendimento quanto à importância do cargo. O responsável pela educação no município não deve ser apenas um executor das políticas de governo: ele deve também assumir seu papel mobilizador na construção de políticas de Estado no âmbito municipal”. Isso signi-

fica que ao DME não cabe apenas secretariar a pasta da Educação, e sim dirigi-la, em todos os âmbitos.

Nas 27 unidades federativas do Brasil existem mais de 5.500 municípios, dos quais 645 estão no estado de São Paulo – quase 12% do total, abaixo apenas de Minas Gerais; no outro extremo estão Amapá e Roraima, com 16 e 15 municípios, respectivamente. Segundo as estimativas populacionais de 2015, o estado de São Paulo tem 76 municípios com mais de 100 mil habitantes (11,7% do total) e 223 municípios com mais de 25 mil habitantes. Isso significa que 442 municípios, ou 68,5% do total, têm população abaixo dessa faixa.

Nesses municípios menores é comum a falta de recursos técnicos e financeiros para investimento na área da educação. Há casos em que o dirigente municipal de educação não conta com nenhum tipo de estrutura física nem de assessoria técnica, e pode ser que não conte nem mesmo com uma sala própria ou com alguém para responder pelas tarefas mais básicas de secretariado. Não é raro que tenha de despachar de uma escola.

EXIGÊNCIAS CRESCENTES

Por outro lado, o DME é obrigado a conhecer em detalhes uma série enorme de leis, regras e normas que norteiam a área da educação e que, necessariamente, fazem parte de suas atribuições cotidianas. A relação é interminável e inclui legislações fundamentais, a começar pela Constituição Federal de 1988, que reafirmou o acesso à educação como um direito inalienável de crianças e jovens, a ser provido pelo poder público.

Destacam-se ainda entre as “lições de casa” do DME o conhecimento e o cumprimento integral da



Lei de Diretrizes e Bases (LDB), do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre outras legislações do setor.

Isso significa que, a cada dia, as responsabilidades do DME se tornam mais complexas e mais difíceis. Entre os interlocutores frequentes do dirigente municipal incluíram-se, de um momento para o outro, os representantes do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Esses agentes públicos, exercendo com diligência as funções para as

quais foram designados, cobram constantemente o cumprimento das leis que, de um lado, tornam obrigatório o atendimento das demandas educacionais da população e, de outro, exercem um controle implacável na aplicação dos recursos públicos – o que, comumente, cria obrigações contraditórias.

Por exemplo, o município é obrigado a criar vagas para o número crescente de pedidos de matrículas de crianças com idade acima de 4 anos, mas encontra barreiras para construir as escolas necessárias e contratar professores, coordenadores, diretores e funcionários para essas novas unidades. Falta plane-

Problemas a evitar

Alguns entraves enfrentados pelo DME na hora de organizar suas ações e elaborar um plano de ação:

- **Antes da elaboração** – Falta de conhecimento da legislação educacional; estrutura orgânica do setor inadequada; desconhecimento da importância do planejamento e do contexto de desenvolvimento.
- **Durante a elaboração** – Envolvimento inadequado dos níveis hierárquicos; falta de conhecimentos dos conceitos básicos; planejamento com baixa credibilidade.
- **Na fase de implementação** – Falta de um sistema de controle e avaliação ou não cumprimento desse sistema; dificuldades de interação com os colaboradores.

(Extraído do Anuário 2014 da Undime-SP)

jamento, pode-se afirmar, mas essa é a realidade histórica do país e de sua cultura política. O que importa é que o DME precisa atender às necessidades de seu município com o que tem à mão.

O processo de municipalização do ensino público também ampliou as responsabilidades do DME. Segundo pesquisa da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) do Governo de São Paulo, em 2001, 73,1% (quase três quartos)

dos municípios paulistas já haviam assumido parcial ou totalmente classes das séries iniciais de escolas do ensino fundamental que pertenciam originariamente ao estado. “No período de 1996 a 2011, os municípios assumiram 3.633 escolas estaduais, das quais mais de 70% foram totalmente municipalizadas. (...) Em 2011, o ensino fundamental da rede pública do estado de São Paulo contemplou 4,9 milhões de estudantes, dos quais 2,3 milhões

em redes municipais (47,9%) e 2,6 milhões na rede estadual (52,1%)”, informa a publicação *Ampliação das Redes de Ensino Fundamental nos Municípios Paulistas*, editada pela Fundap em 2015. Em algumas regiões, como as de Santos e Barretos, o grau de municipalização foi ainda maior e atingiu, respectivamente, 70,4% e 70,1%.

No livro *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas*, lançado em 2009 e atualizado em 2012, são relacionadas algumas demandas do DME: “Das pequenas às grandes redes ou sistemas municipais de ensino, os pleitos educacionais geralmente se enquadram nos seguintes grupos:

- construção, reforma e manutenção física das escolas;
- aquisição e manutenção de equipamentos e bens escolares;
- formação e valorização dos trabalhadores em educação;
- aquisição de materiais;
- informações orçamentárias, estatísticas e pedagógicas;
- pagamentos diversos.

A publicação teve o apoio do MEC, do Unicef e da Fundação Santillana e abordou com profundidade a importância do planejamento da educação no município, a gestão com qualidade social, a governança e as políticas e programas para a educação básica municipal.

O Anuário de 2014 da Undime-SP reafirma a importância do planejamento e acrescenta: “O dirigente municipal da educação que acaba de tomar posse precisa, em primeiro lugar, ter um calendário escolar e estruturar uma equipe que garanta o início das aulas.

Além disso, vale ter controle de itens como:

- conhecer o número de professores e demais trabalhadores con-

Parcerias estratégicas

Alguns dos órgãos e instituições que podem ajudar o DME a adotar políticas educacionais mais abrangentes:

■ Conselho Estadual de Educação

www.educacao.sp.gov.br/portal/orgaos/orgaos-vinculados/ceesp-conselho-estadual-de-educacao-de-sao-paulo

■ Confederação Nacional dos Municípios

www.cnm.org.br/

■ Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb

www.fn.de.gov.br/cacs/index.php/lista_conselheiros

■ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/conselhos.htm>

■ Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade-0

■ Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

www.obid.senad.gov.br/portais/CONAD/index.php

■ Conselho de Alimentação Escolar

www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar

■ Conselho Nacional de Educação

portal.mec.gov.br/cne

■ Conselho Tutelar Fundação Lemann

www.fundacaolemann.org.br/

■ Ministério Público

www.mpsp.mp.br

■ Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal

www.sinpeem.com.br/

(Extraído do Anuário 2014 da Undime-SP)

cursados em educação e descobrir se há necessidade de contratação temporária imediata;

- checar as condições físicas das escolas, verificando a acessibilidade da arquitetura e considerando a necessidade de cada estudante;
- identificar as condições de infraestrutura no que diz respeito a itens como limpeza, segurança, acessibilidade, condições sanitárias e elétricas dos prédios;
- verificar se há mobiliário escolar e material de apoio didático adequado disponível;
- verificar a situação do livro didático, da alimentação na escola e as condições do transporte escolar”.

A partir desse diagnóstico inicial, o DME deve buscar rapidamente as soluções para as deficiências, sem se descuidar das exigências e das restrições legais, com ênfase na parte financeira de sua secretaria, o que envolve orçamento, fluxo de recursos, contas bancárias, compras, contratações e dívidas.

Para proporcionar educação de qualidade, o DME deve administrar com máxima eficiência o quadro de recursos humanos do município, com especial atenção à estruturação pedagógica e às assessorias técnica e administrativa. É essencial fazer um levantamento detalhado da quantidade de professores e do nível de escolaridade dos docentes e dos profissionais técnicos e administrativos, além de planejar as demandas de pessoal ocasionadas pela expansão da rede de escolas e do número de alunos.

A *Agenda dos Cem Primeiros Dias*, outra iniciativa da Undime, também destaca a importância de manter a relação e as cópias de todos os programas e projetos da gestão anterior, o que inclui convênios, contratos e processos relacionados à prestação de contas.

Links úteis

■ Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas

(http://undime.org.br/wp-content/uploads/2013/01/caderno_undime.pdf)

■ Agenda dos Cem Primeiros Dias

(https://undime.org.br/wp-content/uploads/2012/10/agenda_dos_cem_primeiros_dias.pdf)

■ IBGE

www.cidades.ibge.gov.br/

■ MEC

painel.mec.gov.br

■ Simec

simec.mec.gov.br

■ Siope

www.fnde.gov.br/fndesistemas/sistema-siope-apresentacao

■ Portal da Undime

www.memorialdagestao.undime.org.br

■ Portal da Undime-SP

www.undime-sp.org.br

(Extraído do Anuário 2014 da Undime-SP)

O Anuário da Undime-SP chama a atenção para outras responsabilidades do DME: “Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o apoio do MEC aos municípios e estados (por meio de assistência financeira, transferências voluntárias do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação ou assistência técnica) passou a estar condicionado à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Municípios que estão com o PAR revisado pelo Ministério da Educação devem consultar o resultado da análise técnica e acompanhar a liberação dos recursos do FNDE. Para elaborá-lo, é necessário um Comitê Municipal, composto de representantes da sociedade civil organizada e do poder público local, responsável por acompanhar a execução das

ações planejadas no PAR, que deve ter como base a gestão educacional, a formação de professores e profissionais de apoio, as práticas pedagógicas e a avaliação de infraestrutura física e dos recursos pedagógicos. (...) Vale estar atento também ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, que o governo federal utiliza para monitorar a aplicação dos 25% dos recursos em educação por municípios e estados”.

Existem muitos outros compromissos nas mãos do DME. Cabe à Undime a tarefa de representar e apoiar efetivamente esse dirigente, em todos os sentidos, atenta às suas demandas e às crescentes e cada vez mais complexas responsabilidades inerentes ao cargo, para que a educação pública no Brasil ganhe qualidade e respeito.

A atuação da **Undime-SP**

O que a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo oferece para tornar mais efetiva e produtiva a tarefa dos DMEs e melhorar a qualidade do ensino público

No momento em que está prestes a iniciar seu trigésimo ano de atividades, a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (Undime-SP) é o resultado do trabalho dedicado e persistente dos DMEs do estado que concentra a maior economia e a maior população do país, com PIB superior a R\$ 1,7 trilhão e mais de 44 milhões de habitantes. Se fosse um país, São Paulo estaria entre as vinte maiores economias do mundo e, entre as demais nações da América do Sul, sua população só seria menor do que a da Colômbia. Com 645 municípios, São Paulo registra um Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,783, abaixo apenas do Distrito Federal, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013. Trata-se, portanto, de um estado com características acima da média do Brasil; portanto, com responsabilidades também acima da média, assim como suas demandas educacionais.

No entanto, apesar de indicadores diferenciados de São Paulo, nada menos do que 442 municípios paulistas, ou 68,5% do total, têm população abaixo de 25 mil habitantes, e 245 não chegam a ter 10 mil habitantes.

É fácil concluir que, em municípios desse porte,



a estrutura física, técnica e financeira oferecida ao dirigente municipal da educação costuma ficar abaixo das necessidades, sem falar das distâncias que separam alguns deles da capital. Esta é, portanto, uma das vertentes mais importantes do trabalho da Undime-SP: apoiar tecnicamente o DME para que ele possa atender devidamente às obrigações inerentes ao cargo que exerce, com responsabilidade e bom desempenho, de acordo com os rigores da lei. Ao longo de três décadas, em âmbito nacional, a entidade vem cumprindo efetivamente essa missão.

Como representante dos 645 dirigentes municipais de educação do estado, a Undime-SP tem plena consciência de suas demandas e de sua responsabilidade, desde que foi oficialmente criada, em junho de 1987, com o compromisso de “defender os interesses da educação municipal e lutar por uma educação pública de qualidade, como um direito de todos”.

Para estender o alcance de suas ações, intensificar os canais de comunicação e acelerar os processos de mobilização, a Undime-SP se organizou em seccionais que podem se dividir em representações microrregionais, sempre com foco na orientação aos dirigentes municipais. A Undime-SP atua como um órgão de articulação, mobilização e integração dos dirigentes, a fim de aprimorar a educação pública no âmbito das competências de cada município, qualquer que seja seu porte e sua população.

A VOZ DOS DMEs

Num contexto em que as responsabilidades dos dirigentes municipais de educação se tornam a cada dia mais complexas, em todos os sentidos, a Undime-SP é a voz



dos DMEs paulistas, representando-os nas decisões políticas educacionais e em sua formação, na esfera dos poderes Executivo e Legislativo, na sociedade civil e nas organizações não governamentais. Promove a organização de capacitações para os dirigentes e suas equipes, reuniões, seminários e fóruns e estimula a relação direta com a União e o estado, por meio de representantes e comissões. Assim, contribui para o diálogo democrático e a melhoria da educação, ao legitimar a representação dos municípios paulistas nos processos de discussão das questões educacionais.

Entre os desafios enfrentados para o cumprimento dessa missão, incluem-se o aumento da associação dos DMEs ao seu quadro de membros efetivos, a mobilização dos DMEs para participar dos fóruns estaduais promovidos pelas seccionais e do Fórum Nacional e a oferta de apoio técnico e administrativo para melhorar progressivamente a capacidade de resposta às demandas. Também cabe à Undime-SP manter a representação institucional das seccionais no Conselho Estadual

de Educação, no Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e nos demais órgãos colegiados que definem as políticas públicas educacionais, entre outras atribuições.

Por meio de parcerias importantes, a Undime lançou publicações que de fato ajudam o DME a cumprir sua missão de “elaborar, implementar e gerir políticas públicas educativas que garantam o desenvolvimento físico, social, econômico, político e cultural de crianças, adolescentes, jovens e adultos” de seu município, com o máximo possível de qualidade.

Por exemplo, o livro *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas*, lançado em 2009 e atualizado em 2012. A publicação teve o apoio do MEC, da Unicef e da Fundação Santillana e destacou a importância do planejamento na área de educação no município, a gestão com qualidade social, a governança e as políticas e programas para a educação básica municipal.

Igualmente importante para o

trabalho dos dirigentes municipais de educação é a *Agenda dos Primeiros Cem Dias*, editada por meio de uma parceria firmada entre a Undime e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que resume de forma prática e objetiva tudo o que o gestor precisa levar em conta assim que assume suas funções, com qualidade social.

Em São Paulo, a Undime-SP também responde por publicações técnicas de grande importância, como o *Informativo Undime-SP*, de circulação bimestral, revistas como a *Direcional Educador* e as que tratam dos Fóruns Estaduais, os anuários e outras. Dessa maneira, é possível levar aos dirigentes municipais de educação os temas importantes em discussão e informações de interesse.

POLOS REGIONAIS

A Undime-SP possui 49 polos que concentram os municípios das diversas regiões do Estado de São Paulo, com a seguinte denominação: Adamantina, Araçatuba, Araquara, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas (dois polos), Caraguatatuba, Catanduva, Cruzeiro, Dracena, Fernandópolis, Franca, Grande São Paulo ABCD, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte e Grande São Paulo Oeste, Guaratinguetá, Itapeva, Itapira, Jales, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Marília, Ourinhos, Pereira Barreto, Piracicaba, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do

Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Taubaté e Votuporanga.

Entre as vantagens de se associar à Undime-SP, estão:

- assessoria jurídica para a elaboração de projetos, licitações, adesão a programas, projetos e convênios federal e estadual;
- assessoria de informação, com o repasse de comunicados oficiais e prazos a serem cumpridos nos programas educacionais federais e estaduais;
- assessoria e suporte técnico-pedagógico em questões relacionadas à gestão da educação municipal;
- assessoria técnico-educacional na execução de programas e projetos estaduais e nacionais;
- acesso ao portal Undime-SP, no qual se encontram as principais notícias referentes à educação e a ações e eventos da entidade, entre outras informações;
- capacitações com técnicos dos órgãos federais e estaduais;
- gratuidade ou descontos especiais nas inscrições de eventos.

COMO SE ASSOCIAR

A meta da atual presidente da Undime-SP é ambiciosa: associar todos os 645 municípios do estado até o fim de sua gestão. Hoje, passa de 500 o número de municípios filiados, e sobram motivos para que os demais se associem, com vantagens para o dirigente municipal e, principalmente, para a sua comunidade. Para isso, basta ligar para o telefone (11- 3257-2794) ou enviar um e-mail para undimesp@gmail.com, ou ainda uma mensagem para o seguinte endereço: União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo, rua Barão de Itapetininga, 46, conjunto 1.311, CEP 01042-001, São Paulo, SP.

Anuário publicado pela Undime-SP em 2014 e distribuído aos dirigentes de educação dos municípios associados



Os novos desafios da educação

Presidente da Undime-SP destaca a importância da qualificação dos dirigentes municipais e relaciona as atuais dificuldades e prioridades da educação, às vésperas da realização do 26º Fórum Estadual

A atual presidente da Diretoria Executiva da Undime-SP, Marialba da Glória Garcia Carneiro, tem uma visão absolutamente coerente com a de sua antecessora, Priscilla Ribeiro, quanto às prioridades da entidade. Para ela, a palavra-chave para melhorar os padrões educacionais é mesmo qualificação: “Nosso grande foco é proporcionar formação tanto para professores e diretores quanto para os dirigentes municipais de educação, para que São Paulo fique realmente no topo no setor. O Brasil precisa avançar muito, e São Paulo pode contribuir para isso de forma significativa, principalmente nos municípios pequenos, com carência de estrutura e de recursos técnicos. Se não houver uma Undime para apoiá-los, ficará tudo mais difícil”, afirma Marialba, que já atuou como alfabetizadora, coordenadora de educação fundamental, professora universitária e do ensino fundamental e diretora de escola em Pereira Barreto, “perquinho do Mato Grosso do Sul”. Além de secretária de Educação de sua cidade pela segunda vez, é também a atual vice-prefeita.

Ao salientar a prioridade que deve ser dada à qualificação, ela lembra o rigor e as contradições da legislação vigente: “A prestação de



Marialba Carneiro: “Se não houver uma Undime para apoiar os DMEs, tudo ficará mais difícil”

contas se tornou muito complicada e às vezes colide com a necessidade de investimento na rede física e em pessoal, sem contar a pressão feita pela população”.

Marialba lembra que, em muitos casos, o DME não conta com assessoria técnica e jurídica: “No Brasil, as leis são feitas e ponto final, não se conversa. Por exemplo, o Ministério Público vai no município e exige que o dirigente de educação faça a matrícula da criança na creche. Só que o diri-

gente não dispõe daquela vaga, então precisa contratar o professor e demais profissionais. Aí vem o Tribunal e diz que ele não poderia ter contratado, porque deveria haver antes um longo processo de concurso, e vem a Lei de Responsabilidade Fiscal que também não permite que ele faça outros investimentos indispensáveis. E o dirigente fica no vazio, desprotegido”.

A presidente da Undime-SP concorda que é preciso haver controle de gastos e fiscalização: “Evidentemente, isso é de extrema importância, para coibir e punir abusos, então a solução é a qualificação do gestor, para que ele esteja preparado para atender às exigências, tanto as legais quanto as práticas de sua comunidade. Também temos promovido o diálogo, e o próprio Ministério Público tem nos procurado. A escola do Ministério Público tem estimulado esse diálogo conosco. Já fizemos alguns seminários, envolvendo o Ministério Público e o Tribunal de Contas. O ponto forte é que esse diálogo está se consolidando e estamos conseguindo chegar a alguns consensos”, explica.

MOMENTO HISTÓRICO

Queixas à parte, e mesmo considerando o cenário econômico desfavorável, Marialba acha que a educação brasileira está vivendo um

momento histórico, como alavanca de mudanças e desenvolvimento. Ela destaca a importância do ciclo de capacitação para a elaboração dos planos municipais de educação e o diálogo que se estabeleceu entre os dirigentes e representantes do estado e da União.

“O que estou achando bom em tudo isso é ver que todos os segmentos parecem estar realmente abertos ao diálogo. Hoje, parece que o Brasil está se purificando. E, ainda que este seja um momento difícil, vejo a boa vontade das lideranças, entre as quais as do Ministério Público e do Tribunal, para chegar ao entendimento. Graças a isso os secretários de educação estão adquirindo mais segurança para trabalhar”, diz Marialba.

Entre os desafios atuais dos dirigentes municipais de educação e, consequentemente, da Undime, segundo Marialba, estão as metas do Plano Nacional de Educação: “O sistema de cooperação ainda não é muito claro. Também existia por parte dos dirigentes uma grande esperança em relação aos recursos que viriam do pré-sal e do aumento do percentual do PIB para a educação, e de certa forma nós nos frustramos. Tornou-se um desafio atingir as metas dos planos municipais com os recursos mais restritos, em especial a Meta 1, que é colocar todas as crianças em creches. Salvo engano, só no município de São Paulo será preciso colocar 100 mil crianças nas creches, em um ano, e não sei como vão fazer”.

A Base Nacional Comum Curricular, que está sendo discutida agora, é igualmente importante, e a Undime terá de exercer um papel fundamental nessa discussão, afirma Marialba: “Quando se fala em currículo, sabemos bem que está envolvida também uma questão de poder, de ideologia. A Base terá de



ser a mais democrática possível, e essa é uma de nossas discussões”.

Entre as metas do PNE, ela cita ainda o plano de carreira dos professores: “Não é o salário do professor que resolverá o problema da educação, mas há necessidade de um plano de carreira para o magistério, até para valorizar a profissão”.

FÓRUM ESTADUAL

Todas essas questões deverão ser discutidas no 26º Fórum Estadual da Undime São Paulo, em Atibaia, no início de março, cujo tema é “Gestão eficaz respeita a diversidade e promove a igualdade”.

Segundo Marialba, não há como deixar de citar os atuais conflitos do DME quando for abordado, no Fórum, o custo-aluno-qualidade inicial: “Precisamos saber, por exemplo, quanto custa de fato um aluno de creche. Uma creche de 200 alunos precisa ter quantos diretores, quantos coordenadores, quantos professores, e quanto custará cada aluno? De onde virão esses

recursos e de que forma deverão ser aplicados? Aprofundaremos essa discussão, pois queremos mostrar o verdadeiro retrato da educação no Brasil”, diz.

Na presidência da Undime-SP, Marialba afirma que, até o fim de sua gestão, sua meta é associar todos os 645 municípios do estado de São Paulo. “Digo isso porque acredito muito na Undime-SP, que hoje é extremamente respeitada e transita com muita tranquilidade pelo governo federal e pelo governo estadual, independentemente de partidos políticos. Nossa meta é a educação de qualidade. Não temos partido, não somos sindicato e temos impedido qualquer manifestação que possa parecer corporativista ou que lembre briga de categoria. Trabalhamos para que isso não aconteça. Nosso foco é o aluno, e para tanto fortalecemos as ações desenvolvidas pelos dirigentes municipais, para que possamos fazer diferente, para que de fato a educação no Brasil evolua”, conclui a professora Marialba.

Mais de 245
municípios
já sabem.

Com o
Aprende Brasil, a
educação evolui.

Geiz

10 anos

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil



EDITORA
POSITIVO

Aprende Brasil. Uma parceria que dá resultado.

O nível da qualidade de vida em seu município começa pela educação. Pensando nisso, a Editora Positivo desenvolveu o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Um conjunto completo de soluções educacionais pensadas para contribuir com o desempenho no IDEB. Conte com a nossa parceria e gere melhores resultados nas escolas e em toda a comunidade.

CONHEÇA OS BENEFÍCIOS QUE O APRENDE BRASIL OFERECE:

- Livro Didático Integrado
- Portal Aprende Brasil
- Assessoria Pedagógica
- SIMEB - Para a gestão educacional do município
- hábile – Sistema de Avaliação Positivo

Para ser um parceiro do Aprende Brasil ligue 0800 724 15 16
ou acesse editorapositivo.com.br/aprendebrasil

Entre em contato conosco e conheça também
nossa solução para a educação em tempo integral.



1986

quando tudo começou

A história da criação e da evolução da Undime-SP e de sua luta pelo reconhecimento dos dirigentes municipais, em busca da educação democrática e de qualidade

O cenário no Brasil da Nova República, em 1986, era de efervescência política, de intensa expectativa provocada pela estranha combinação de otimismo e frustração. Otimismo pela perspectiva de plena redemocratização do país; frustração, primeiro, pela derrota da campanha das Diretas Já, que havia mobilizado a nação, e depois pela surpreendente e espantosa morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, que chegou ao mais alto posto da República com um histórico de ligações estreitas com o recém-extinto governo militar, na qualidade de ex-presidente da Arena e do PDS.

Na área da educação, as dúvidas se manifestavam por motivos claros. Os ministérios de Sarney foram distribuídos entre os integrantes das forças de oposição ao governo militar, concentrados no PMDB, e os ex-apoiadores do regime dos generais, então no PDS, os dois partidos que formaram a chamada Aliança Democrática que permitiu a vitória de Tancredo sobre Paulo Maluf, na eleição indireta de 15 de janeiro de 1985. O primeiro ministro da Educação de Sarney havia sido Marco Maciel, do PDS, que em fevereiro de 1986 transferira o cargo a Jorge Konder Bornhausen, do mesmo partido – ou seja, a educação ficara nas mãos da ala menos progressista do governo.

Por outro lado, São Paulo era governado, desde 15 de março de 1983, por André Franco Montoro, líder histórico da oposição ao governo militar, um dos fundadores do PMDB e um dos idealizadores da campanha das Diretas Já. Ao mesmo tempo, discutia-se no Congresso a aprovação da nova Constituição, que seria promulgada em 1988, determinando que a educação gratuita, até o ensino médio, era obrigação do Estado.

Foi nesse momento de transição, esperança, contradições e dúvidas que um grupo de dirigentes municipais de educação percebeu a necessidade de criação de uma entidade que os representasse e lhes desse voz. Em 1986, dois eventos de âmbito nacional abriram espaço para esse anseio: a 4ª Conferência Brasileira de Educação, em Goiânia, e o 1º Encontro Nacional dos Dirigentes Metropolitanos de Educação, em Olinda. Entre as questões discutidas algumas eram de interesse direto dos DMEs, como a gestão municipal, a municipalização da educação e o plano de criação de uma entidade de representação nacional dos secretários de Educação dos municípios.

Essa última ideia finalmente se transformou em realidade no dia 10 de outubro de 1986, no 1º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, realizado em Brasília. Ali nasceu a Undime, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, e no mesmo ano foram criadas as seccionais da Undime de Minas Gerais, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

NASCE A UNDIME-SP

A professora Cleusa Pires de Andrade, na época secretária de Educação de Ubatuba, no litoral norte paulista, fazia parte desse núcleo pioneiro e lembra bem o clima predominante: “Foi um período intenso, fértil, muito importante e estimulante para todos nós, logo após a campanha das Diretas Já e a eleição de Montoro, com seu discurso de descentralização e de fortalecimento dos municípios. Estávamos eufóricos com as mudanças. Nós nos engajamos na proposta de descentralização da educação com um entusiasmo muito grande e co-

meçamos a discutir a questão da educação municipal, que não tinha muita cara, não era valorizada”.

Cleusa era professora de biologia do Ensino Médio da rede estadual e assumira a educação em Ubatuba quando seu marido, Pedro Paulo Teixeira Pinto, também professor de carreira, foi eleito prefeito do município. Essa condição permitiu a ela a proximidade suficiente para convencer o chefe do Executivo da importância de financiar as viagens aos eventos de real interesse da

educação municipal, como os encontros e conferências nacionais e o fórum em Brasília.

“O grupo que criou a Undime era pequeno, até por causa da dificuldade financeira, já que os prefeitos não liberavam verbas para essas viagens. Mas antes disso havia algumas questões sérias, como a discussão no Senado da Lei Calmon (que estabelecia percentuais mínimos de aplicação na educação das receitas de estados e municípios), e alguns secretários decidiram ir a Brasília

Primeira Diretoria Executiva – 1987 a 1989

Presidência: Cleusa Pires de Andrade – DME de Ubatuba

Vice-presidência: Iara Léa Marinho de Carvalho – DME de São José dos Campos

Tesouraria: Milton Monteiro da Silva – DME de Poá

Secretaria-geral: Magali Camargo Cardoso – DME de Jundiá

Lema da gestão

Defesa dos interesses da educação municipal e luta por uma educação pública de qualidade como direito de todos: esta é a missão da Undime-SP.



Cleusa Pires de Andrade, primeira presidente da Undime-SP

conversar com os senadores. Foi a partir dessa conversa que surgiu a ideia da criação de uma entidade que representasse oficialmente os dirigentes municipais de educação. Acho que, de São Paulo, só havia eu nessa ida a Brasília. Lembro que estavam presentes dirigentes de Pernambuco e de outros estados”, conta Cleusa.

No fórum em que foi criada a Undime Nacional, Cleusa estava acompanhada dos secretários municipais de educação de cidades como São José dos Campos, Santos, Campinas, Jundiaí, Poá, Casa Branca e Araçatuba, entre outras. “O secretário da capital (o jornalista Paulo Zingg) não compareceu porque na época o prefeito era Jânio Quadros e ele disse que isso não era importante”, lembra Cleusa – a título de curiosidade e como indicador das rápidas mudanças da época, vale lembrar que a prefeita de São Paulo que sucedeu Jânio Quadros, Luiza Erundina, nomeou para a Secretaria de Educação ninguém menos do que Paulo Freire, que dispensa apresentação.

“O importante é que depois da oficialização da Undime as coisas começaram de fato a acontecer de forma mais ordenada. Em São Paulo, atuava um grupo que, embora pequeno, estava disposto a criar uma política para a educação municipal. Foi um período de estabelecer fronteiras, de encontrar as pistas para a educação municipal de qualidade, de muita negociação e reuniões com Chopin Tavares de Lima, que na época era o secretário estadual da Educação (já no governo de Orestes Quéricia, que assumiu em março de 1987)”, diz Cleusa.

Em 23 de junho de 1987, depois de uma assembleia-geral dos dirigentes municipais de educação, foi

oficialmente criada a Undime-SP, como seccional da Undime Nacional, com sede provisória à rua Rodolfo Miranda, no Bom Retiro, capital. A sede era bem provisória mesmo, na verdade, inexistente. Cleusa lembra que, “naquele emba-

lo da redemocratização”, os fundadores da Undime-SP (veja os quadros com o primeiro Conselho de Representantes e com a primeira diretoria) encontraram espaço no Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação

Primeiro Conselho de Representantes da Undime-SP

Representantes regionais

Sergio Gerano – Regional de Adamantina
 Rubens Bizarro Romariz – Regional de Andradina
 Valdir Ferreira – Regional de Araçatuba
 José Guilherme de Nardi – Regional de Araraquara
 Geraldo de Souza Medeiros – Regional de Assis
 Angélica Melinchon Dias – Regional de Avaré
 Francisco de Paula Piedade – Regional de Barretos
 Raymi Oliveira Baptista Pereira – Regional de Bauru
 Jairo Soares de Souza – Regional de Botucatu
 Odracir José Caminada – Regional de Bragança Paulista
 Enildo Galvão Carneiro Pessoa – Regional de Campinas
 Cleusa Pires de Andrade – Regional de Caraguatatuba
 Norma Delano – Regional de Catanduva
 Maria Conceição Rocha – Regional de Cruzeiro
 Sirley Aparecida de Almeida Silveiras – Regional de Fernandópolis
 José Marcos Figueiredo Bertelli – Regional de Franca
 Iva Prado Vieira – Regional de Guaratinguetá
 Ana Maria Santi – Regional de Itapetininga
 Heloísa Cunha Arrunátegui – Regional de Itapeva
 Francisco Valdo de Albuquerque – Regional de Jales
 José Raphael Toscano – Regional de Jaú
 Magali Camargo Cardoso – Regional de Jundiaí
 Lúcia Helena Gullo Ferreira – Regional de Limeira
 Maria Eliza Francisca da Silva Tinós – Regional de Lins
 Marilene Mussi Guimarães – Regional de Marília
 Maria do Socorro Gomes da Silva – Regional de Piracicaba
 Pedro Newton Rotta – Regional de Presidente Prudente
 Luzia Grandolo Silva – Regional de Registro
 Francisca Tereza Martin dos Santos – Regional de Santos
 Maria Inês Ferrari Sartori – Regional de São Carlos
 Marcos Antonio Monteiro – Regional de São João da Boa Vista
 Aécio de Almeida Nóbrega – Regional de São José do Rio Preto
 Iara Léa Marinho de Carvalho – Regional de São José dos Campos
 Mário Biazzi – Regional de Sorocaba
 Armando Pavanelli – Regional Grande São Paulo, região norte
 Dulce Junquetti – Regional Grande São Paulo, região sul
 Milton Monteiro da Silva – Regional Grande São Paulo, região leste
 Paula Benardete Bruno – Regional Grande São Paulo, região oeste

Delegados do estado de São Paulo

Cleiton de Oliveira – DME de Santa Bárbara d'Oeste
 Leovigildo Duarte Júnior – DME de Sumaré
 Enildo Galvão Carneiro Pessoa – Regional e DME de Campinas
 Cleusa Pires de Andrade – Regional de Caraguatatuba e DME de Ubatuba

Profissional (Cenafor), uma estrutura do governo federal que abriu as portas para o grupo, que até então não tinha onde se reunir: “Era uma turma boa, que se encontrava uma vez por mês, sem estrutura física e nem sequer um arquivo. Então, quando fizemos o primeiro encontro de secretários municipais de educação do estado, fui eleita presidente da primeira Comissão Executiva da Undime de São Paulo, com mandato de 1987 a 1989. Em seguida fomos a São José dos Campos, num congresso de educação municipal, para marcar terreno, mostrar a cara, e passamos de fato a existir”.

Outro fato marcante da época, segundo Cleusa, foi a conquista pela Undime-SP de uma cadeira no Conselho Estadual de Educação: “Negociamos com o governador Orestes Quércia até que o convencemos a nos pedir uma lista tríplice, e eu fui a escolhida”. Hoje, a Undime-SP está representada no Conselho Estadual de Educação por Priscilla Maria Bonini Ribeiro, presidente da entidade na gestão 2013-2014.

AS BANDEIRAS DA ÉPOCA

Um dos grandes embates da época era mesmo a municipalização da educação, bandeira abraçada pela Undime-SP, apesar da resistência de alguns setores, entre os quais a Apeoesp, hoje o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

“Houve um confronto nos municípios com a Apeoesp, que não aceitava de jeito nenhum a ideia da municipalização. Num primeiro momento isso foi um entrave muito grande, porque começávamos a pensar num plano de carreira, num plano de educação municipal, com foco na municipalização, mas en-



Cleusa Andrade e o marido, Pedro Paulo Teixeira Pinto, entregam ao então governador Quércia a lista tríplice com os nomes indicados pela Undime-SP para o Conselho Estadual de Educação

contrávamos uma barreira muito grande entre os professores”, lembra Cleusa.

Os municípios já eram responsáveis pela pré-escola e, em alguns casos, até construíam os prédios escolares do ensino fundamental. “Também se iniciava a discussão a respeito da avaliação, outro mote para a Apeoesp cair de pau”, diz Cleusa. “Resumindo, nós dizíamos, por exemplo, que se o professor não tem competência para explicar por que seu aluno está sendo reprovado isso implica uma avaliação do próprio professor. Se ele não queria dar fundamentos para a reprovação, ficava sem argumentos. A questão da avaliação realmente não era bem aceita pelos professores na época.”

Depois de deixar a Secretaria de Educação de Ubatuba Cleusa foi para São Paulo e trabalhou na Universidade Paulista (Unip). Fez especialização em psicopedagogia e mestrado em educação e se tornou diretora de um dos campi da Unip, até se aposentar em 2011. A respeito da história da Undime-

-SP, ela observa: “O desempenho da educação municipal avançou muito. Mas acho que deveria haver uma bandeira mais objetiva, mais clara. Não adianta dizer: vamos trabalhar pela qualidade da educação. É muito subjetivo. Fica diferente se colocarmos assim: nós queremos melhorar o índice de desenvolvimento da educação básica dos municípios. Acho que o nó górdio da educação está aí, porque é nos municípios que as coisas acontecem. Eu tenho visto o desempenho dos municípios na educação básica e não tem avançado muito, pelo menos no estado de São Paulo, a não ser em casos pontuais. Então, se você coloca como proposta a melhoria do índice de desenvolvimento da educação básica do seu município, de cada escola, isso se torna algo concreto, que pode ser medido e visto pela população. Isso é de suma importância. Houve muitos avanços em determinadas áreas, mas não podemos nunca nos acomodar”, acrescenta a pioneira Cleusa, sempre combativa.

1990-1992

A busca de reconhecimento

Cleusa Pires de Andrade foi substituída na presidência da Undime-SP, em 1990, por Newton Antonio Paciulli Bryan, professor da Unicamp, na época secretário municipal de Educação de Campinas. Ele dividiu o mandato com Herb Antonio da Silva Carlini, de Americana, que exerceu o cargo de 1991 a 1992, num período em que a entidade se concentrava na ampliação de seu reconhecimento entre os DMEs do estado de São Paulo, em busca de novas adesões.

O Brasil já tinha uma nova Constituição, que definiu, sem muita clareza, as competências e o regime de colaboração entre União, estados e municípios. A palavra de ordem, em São Paulo, era a municipalização do ensino fundamental, e a posição da entidade foi resumida no documento *Considerações da Undime Sobre as Relações Estado-Municípios*, elaborado a partir de um debate organizado pelos representantes da capital, Limeira e Sorocaba e divulgado em junho de 1991.

O trabalho analisou os conflitos envolvidos na municipalização das séries iniciais do ensino fundamental, com ênfase na distribuição dos recursos necessários para o cumprimento dos novos compromissos e nas divergências provocadas pelo excesso de programas propostos pelo governo estadual. Havia entraves importantes, entre os quais a obrigação dos municípios de ar-



Newton Antonio Paciulli Bryan, DME de Campinas na época em que presidiu a Undime-SP

carem com 90% dos custos da merenda escolar.

Alguns decretos simplesmente transferiam responsabilidades aos municípios sem especificar a fonte dos recursos necessários – o que, de fato, ainda ocorre atualmente, como bem sabem os DMEs.

Além do atendimento à pré-escola e às séries iniciais do ensino fundamental, havia ainda, como obrigação constitucional, metas claras a respeito da educação de jovens e adultos e o prazo de dez anos para a erradicação do analfabetismo, no momento em que o

número de iletrados no estado de São Paulo chegava a 2,5 milhões de pessoas.

Todas essas questões ocuparam a agenda da Undime-SP no período, com o objetivo de encaminhar os pedidos de convênios específicos para que os municípios obtivessem os recursos de que necessitavam, por meio, prioritariamente, de articulação com o governo estadual.

Outro foco das ações da entidade foi a proposta de realização de um censo escolar destinado a fazer um diagnóstico da real situação do setor em São Paulo, que daria as

bases para a elaboração do Plano Estadual da Educação.

ESPERANÇA COM A REDEMOCRATIZAÇÃO

“Foi uma fase muito boa, da qual guardo lembranças excelentes, principalmente dos encontros com os outros secretários e dos trabalhos que realizamos”, diz Newton Bryan, que depois de deixar o cargo de secretário de Educação em Campinas voltou à universidade, fez mestrado na França e hoje é professor-doutor na Unicamp, na área de sistemas educacionais e planejamento.

Segundo o professor Bryan, a redemocratização do país trazia a esperança de reformas educacionais: “A Undime-SP iniciou seus trabalhos numa conjuntura especialíssima. Com o fim da ditadura, houve um grande movimento para a democratização da educação, tanto em termos de acesso universal à escola pública como no que se refere à gestão. As bandeiras levantadas naquele período foram incorporadas à Constituição e deveriam balizar o funcionamento dos sistemas nacional, estaduais e municipais de educação. As diretrizes da Constituição democrática exigiam dos novos dirigentes municipais de educação um grande esforço para adequar as instituições municipais ao espírito do novo quadro legal e das aspirações populares”, lembra.

Ele diz que um dos desafios foi a incorporação das creches que atendem crianças até 3 anos à área de educação: “Tradicionalmente essas creches estavam sob a administração das secretarias de Promoção Social, segundo uma visão assistencialista. Tratava-se de radicalmente mudar para uma visão educacional. A primeira prefeitura a fazer

essa mudança foi a de Campinas, e pudemos compartilhar com os colegas de outras cidades os aprendizados dessa construção de uma nova forma de educação infantil”. Ao mesmo tempo, era preciso consolidar a Undime-SP e fazer com que os dirigentes municipais de educação, os diretores de departamentos e a Secretaria de Educação percebessem que, formando uma frente e trabalhando em conjunto, haveria melhores condições de negociar com o estado e com o governo federal.

É verdade que a entidade ainda não contava com estrutura própria, como destaca Bryan: “A estrutura era a das secretarias de educação dos municípios. Chegamos a fazer reuniões na Unicamp, que nos ce-

deu o anfiteatro, e algumas prefeituras também cediam espaço. Mas a ideia era juntar forças e estabelecer uma conexão com a Undime Nacional. Participamos de vários encontros da Nacional e fazíamos parte do Conselho”.

Também foram organizadas várias comissões para discutir as questões mais críticas da educação municipal, entre as quais a municipalização do ensino, a merenda escolar, o material didático e os valores destinados pelo governo federal aos estados para repasse aos municípios. “Um aspecto interessante é que já naquela época pensávamos na importância de se ter dados, pesquisas e indicadores do desempenho da educação nos municípios, como faz hoje o Inep. Então uma das ideias é que a pró-

Diretoria Executiva 1990-1991 e 1991-1992

Presidência

1990

Newton Antonio Paciulli Bryan – DME de Campinas

1991 a 1992

Herb Antonio da Silva Carlini – DME de Americana

Vice-presidência

1990

George Winniki – DME de Diadema

1991 a 1992

Terezinha de Jesus Godoy Souza – DME de Assis

Tesouraria

1990

José Rodrigues Branco – DME de Marília

1990 a 1991

Vera Maria Almeida Rodrigues da Costa – DME de São José dos Campos

1992

Solange Villon Kohn Pelicer – DME de Campinas

Secretaria-geral

1990 a 1991

Maria Selma de Moraes Rocha – DME de São Paulo

1992

Mário Sérgio Cortella – DME de São Paulo

Lema da gestão

Escola pública democrática de qualidade é possível e necessária.

pria Undime criasse um centro de estudos e pesquisa para levantar dados sobre a educação em todos os municípios e informar os secretários na hora de elaborar suas políticas e negociar com o governo federal. Infelizmente, isso não foi para a frente”, diz Bryan.

O ex-presidente da Undime-SP diz que se orgulha de ver que, hoje, a entidade é amplamente reconhecida, importante e com presença destacada na área da educação pública. “Só sinto que as secretarias municipais de educação ainda têm pouco contato com a universidade. A universidade tem muito a aprender com os municípios, assim como os municípios têm muito a aprender com a universidade. É um diálogo necessário, bom para os dois lados”, acrescenta Bryan.

PERÍODO AGITADO

Enquanto a Undime-SP caminhava no sentido de se consolidar entre os DMEs do estado e levantar as bandeiras da educação municipal, entre 1990 e 1992, o país voltava a viver um período de conturbação política, com o impeachment de Fernando Collor de Mello, que ficou apenas dois anos e meio no governo, até ser substituído pelo vice Itamar Franco em outubro de 1992. No governo Sarney houve nada menos do que cinco ministros da Educação (Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Aloísio Sotero, Hugo Napoleão e

Carlos Sant’anna, dos quais apenas o último tinha ligação com a área, na qualidade de professor). No curto governo de Fernando Collor, três pessoas ocuparam a pasta (Carlos Chiarelli, José Goldemberg e Eraldo Tinoco de Melo), o que significa oito ministros da Educação em sete anos e dá uma ideia da ausência de continuidade, estabilidade e coerência na condução das políticas do setor.

No âmbito estadual, o peeme-

debista Orestes Quércia deixara o governo em março de 1991 e fora decisivo na eleição de seu ex-secretário de Segurança, o promotor Luiz Antônio Fleury Filho, cujo mandato se estendeu até janeiro de 1995. A escolha de Fleury para a Secretaria da Educação foi o jornalista e escritor Fernando Moraes, que ocupou o cargo entre 1991 e 1993, substituído pelo sociólogo Carlos Estevam Martins.

Para a Undime-SP, que desde a sua criação se caracterizou pelo apartidarismo, qualquer que fosse o presidente ou o governador, era preciso seguir em frente com sua pauta e suas reivindicações, como a análise do Programa Nacional de Alfabetização Cidadã (PNAC), implantado em 1990, que também atribuía novas responsabilidades aos municípios sem a correspondente compensação financeira.

Conflitos como esse foram algumas das razões que fizeram a Undime-SP buscar uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para tornar mais clara a fiscalização das verbas educacionais.

Uma das marcas da gestão de Herb Carlini, entre 1991 e 1992, com o objetivo de ampliar o alcance da Undime-SP, foi a descentralização das reuniões ordinárias da entidade. Em 15 de maio de 1991, por exemplo, ocorreu uma reunião ordinária em Assis, o que tornou mais fácil a participação dos dirigentes municipais da região. Mas ainda havia muito a avançar, e foi o que aconteceu nos anos seguintes.



Cenas do 4º Fórum Nacional, em Brasília, que foi realizado em agosto de 1991, num período politicamente conturbado

1993-1996

Tempo de se fortalecer

Em 1993, enquanto se desenvolvia a discussão em torno da municipalização do ensino, a economia brasileira vivia uma situação de caos absoluto, como consequência do fracasso do Plano Cruzado. Em 1986, no governo Sarney, houve a mudança da moeda do cruzeiro para o cruzado, com corte de três zeros, numa tentativa de reduzir a inflação e estabilizar a economia. Sete anos depois, no entanto, quando Itamar Franco era o presidente e Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, a inflação atingia níveis insuportáveis, de dois dígitos ao mês, e crescendo a cada dia. No início de 1994, chegou a inacreditáveis 42,19% mensais.

Para os municípios, isso significava a perda quase total da capacidade de investimento, num momento em que cresciam as despesas com educação. O que custava 100 naquele mês, passaria a custar quase 150 no mês seguinte. Os economistas que orientavam a política do governo nos anos anteriores – de Sarney a Itamar, passando por Fernando Collor de Mello – já haviam tentado soluções mirabolantes, como o congelamento de preços, a indexação, o reajuste mensal dos salários, o “gatilho” e até o confisco da poupança, de investimentos e dos depósitos bancários, mas o resultado geral foi desastroso. O Brasil chegou a decretar a moratória da dívida externa, e tornou-se quase



Maria Helena Guimarães de Castro, atual diretora executiva do Seade e ex-presidente da Undime

impossível honrar os compromissos, muito menos investir.

A estabilização veio com o Plano Real, implantado a partir de fevereiro de 1994 e consolidado em julho, com nova troca de moeda. No primeiro semestre daquele ano, a inflação acumulada foi de 757%, com média de 43% ao mês – índices inimagináveis hoje –, de acordo com o IPCA. No segundo semestre de 1994, a inflação caiu para 18,6%, com média mensal de 2,9%, e o país voltou a respirar.

Entre 1993 e 1996, a Diretoria Executiva da Undime-SP foi presidida, primeiro, pela professora e socióloga Maria Helena Guimarães de Castro, então DME de

Campinas, atual diretora executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de São Paulo. Em 1994 assumiu o professor Oswaldo José Fernandes, então DME de Jundiaí, hoje presidente do PSB no município.

Maria Helena, mestre em ciências sociais e professora na Unicamp, destacou-se particularmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em janeiro de 1995. Presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC e implantou os principais programas de avaliação da época, como o Exame Nacional de Cursos, o “Provão”, e o Exame Nacional do

Ensino Médio (Enem). Chegou a atuar interinamente como ministra da Educação, em 2001, e posteriormente foi secretária-executiva do MEC, secretária de Assistência Social, de Ciência e Tecnologia e de Educação de São Paulo e secretária de Educação do Distrito Federal. Hoje é membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Maria Helena conta que, em 1993, como secretária de Educação em Campinas e professora e pesquisadora da Unicamp, ela havia feito uma pesquisa a respeito das formas de participação nas políticas públicas: “Levantei muitas informações sobre a Undime e o Consed (*Conselho Nacional de Secretários de Educação*). Nesse trabalho, percebi que a Undime do estado de São Paulo era um órgão relativamente frágil e desarticulado. Então resolvi chamar para uma reunião em Campinas alguns secretários municipais de educação de cidades maiores, como Sorocaba, Diadema, Santo André e outras, na tentativa de fortalecer a Undime-SP”.

Logo em seguida, no primeiro semestre de 1993, numa convenção realizada em Sorocaba, Maria Helena foi eleita presidente da diretoria da Undime-SP, numa chapa que unia o PSDB e o PT – o que indicava claramente o caráter apartidário da entidade. No ano seguinte, Maria Helena participou da convenção nacional da Undime: “Então fiz uma articulação com Pernambuco, Acre, Rio Grande do Sul e fui eleita também presidente da Undime Nacional, acumulando os dois cargos por um ano”.

EM BUSCA DE APOIO

Em 1993 e 1994, a grande bandeira da Undime, tanto a de São Paulo como a Nacional, segundo Maria Helena, era a organização

e o fortalecimento da entidade. “Não tínhamos dinheiro nem sede, embora contássemos com o apoio importante de alguns prefeitos da época, como o de Campinas. Resolvi buscar ajuda de fora e comecei a conversar com a Fundação Ford, o Unicef e a Unesco. Também tivemos uma reunião com o então secretário estadual de Educação, o Fernando Moraes, no governo Fleury, e ele manifestou interesse em apoiar a Undime-SP, mas não conseguiu nenhum tipo de ajuda. E eu fui buscar recursos no MEC. Tivemos uma reunião em Brasília, de todos os presidentes estaduais e diretores do Consed, convocada pelo Murilo Hingel, que era ministro da Educação, para começar a preparar as reuniões da 1ª Conferência Nacional de Educação, a se realizar em outubro de 1994 em Brasília”, lembra Maria Helena.

Na reunião em Brasília, houve uma série de articulações, e um dos destaques era a educação infantil e seu papel na melhoria da qualidade de vida e na formação das crianças e dos jovens: “Eu insisti muito no tema da educação infantil e passei a coordenar os grupos que cuidavam desse tema e da descentralização da merenda escolar. A partir daí, começamos a organizar vários seminários nacionais e reuniões preparatórias da Conferência Nacional de Educação. Assim, realizaram-se seminários nacionais de educação infantil, da descentralização da educação, de formação de professoras, de melhoria da qualidade do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos. A Undime-SP teve um papel muito ativo. Com tudo isso, a Undime-SP e a Nacional se fortaleceram muito, porque ganharam espaço no MEC e nas conferências preparatórias da Conferência Nacional”.

Uma grande conquista da Undime Nacional, na época, foram os recursos obtidos para a construção da sede própria da entidade, como lembra Maria Helena: “Em 1994, fomos buscar o apoio da Fundação Ford no Rio de Janeiro para financiar a sede nacional da Undime, que não tinha arquivo, não tinha memória, não tinha nada. E conseguimos. O diretor da Fundação Ford era o Nigel Brooke, hoje professor da Universidade Federal de Minas Gerais, e ele colaborou decisivamente para que conseguíssemos o financiamento neces-

Diretoria Executiva 1993-1994 e 1995-1996

Presidência

1993 a 1994

Maria Helena Guimarães de Castro
– DME de Campinas

1994 a 1996

Oswaldo José Fernandes
– DME de Jundiá

Vice-presidência

1993

Maria Sirley dos Santos
– DME de Santos

1993 a 1994

Oswaldo José Fernandes
– DME de Jundiá

1994 a 1996

Lisete Regina Gomes Arelaro
– DME de Diadema

Tesouraria

1993 a 1996

Adenir Terezinha Sversut Salles
– DME de Araçatuba

Secretaria-geral

1983 a 1995

Márcia Gallo
– DME de São Caetano do Sul

1996

Maria Helena Rezende VanVeen
– DME de São José dos Campos

Lema da gestão

Renovação e independência.

sário. A sede da Undime Nacional em Brasília foi inaugurada no final de 1995, e estive presente no evento, como representante do então ministro da Educação, Paulo Renato Souza”.

UM NÓ NO PISO NACIONAL

Para Maria Helena, a Undime, hoje, é amplamente reconhecida e ganhou um espaço considerável no cenário da educação brasileira. “A entidade é respeitada e exerce um papel muito importante. Figura, ao lado do Consed, como uma das duas instâncias representativas dos estados e dos municípios e é relevante na formulação das políticas educacionais, nas reformas e nos debates nacionais. Há um reconhecimento de que a Undime exerce hoje um papel fundamental.” Na visão da ex-presidente, os principais temas, atualmente, devem ser o financiamento e o papel dos estados e municípios na educação: “Acho que tem um nó aí, pois os estados e os municípios não conseguem sequer pagar o piso nacional dos professores. É uma situação estranha, pois o Ministério da Educação define o reajuste do piso nacional, mas não diz de onde virá o dinheiro para pagar a conta. Ao mesmo tempo, o governo federal estabelece limites rígidos de gastos, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal. É esquisito, porque a própria lei do piso, originalmente, estabelecia um piso nacional, ao que eu sou favorável, mas estabelecia também a definição do piso pelo governo federal e a origem dos recursos. O Ministério da Educação só complementa os estados do Nordeste, que não atingem o piso mínimo do Fundeb. E fica uma situação muito difícil, muito delicada. Neste ano, a expectativa é de haja muita greve no Brasil inteiro, porque os estados



Oswaldo José Fernandes, de Jundiaí, que presidiu a Undime-SP entre 1994 e 1996

e os municípios não têm condições de cumprir o piso nacional. É de fato uma situação difícil”.

Maria Helena diz que a Undime poderia conduzir a discussão a respeito do financiamento da educação e da definição clara das responsabilidades dos três níveis de governo. Ela considera que o projeto custo-aluno-qualidade não é o melhor modelo e deveria ser rediscutido: “O custo-aluno-qualidade entra no mérito sem definir a fonte de pagamento. Vai aumentar o pagamento, mas de onde vai sair o dinheiro? A economia está parada, o Brasil está em recessão, com inflação alta e ninguém está arrecadando nada. Com que dinheiro os municípios vão pagar? De que adianta definir quanto custa sem definir qual é a fonte? Enfim, é preciso abrir a discussão. Acho que o CAQ é um modelo meio complicado. Existem outras propostas do custo-aluno que precisam ser debatidas, e acho que a Undime e

o Consed têm de participar de instâncias do governo federal para definir o piso nacional. Não pode ser uma definição só do MEC. Acho errado”, conclui Maria Helena.

NASCE O FUNDEF

Maria Helena Guimarães de Castro foi sucedida na presidência da diretoria da Undime-SP pelo professor Oswaldo José Fernandes, e durante sua gestão, entre 1994 e 1996, ocorreu a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef, depois Fundeb). Instituído por emenda constitucional em setembro de 1996, o Fundef foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental.

A principal inovação do Fundef consistiu na mudança da estrutura de financiamento do ensino fundamental, para o qual foi vinculada uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à educação. A Constituição de 1988 vinculou 25% das receitas dos estados e municípios à educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (15% da arrecadação global de estados e municípios) ficavam reservados ao ensino fundamental.

A Undime participou ativamente da construção do Fundef e compareceu a várias audiências públicas. Em dezembro de 1996, posicionou-se contrariamente aos vetos presidenciais a artigos importantes do projeto do Fundef e chegou a divulgar nacionalmente um documento a respeito do tema, exercendo seu papel de representante oficial dos interesses da educação no âmbito dos municípios.



brasil



18-21 MAIO 2016 · SÃO PAULO EXPO
EXHIBITION & CONVENTION CENTER

Melhor educação, melhor sociedade

A Bett Brasil Educar é uma excelente oportunidade de **formação continuada** e de **atualização para equipes pedagógicas e de gestão educacional**. Este ano, estão programadas **169 atividades** com grandes expoentes do cenário educacional do Brasil e do exterior.

TEMAS DO CONGRESSO EM 2016

- ▶ Profissão e Formação Docente
- ▶ Práticas Escolares Efetivas e Inovadoras
- ▶ Aprendizagem: Ciclos da Vida e Ciclos da Escola
- ▶ Políticas Educacionais e Inovações Curriculares
- ▶ Gestão e Qualidade Social

DIRIGENTE MUNICIPAL

A Bett Brasil Educar, pensando na importância do aperfeiçoamento profissional e na troca de experiência com instituições de todo o Brasil, quer que seu município esteja presente neste importante evento. Conheça a proposta diferenciada para participação de Municípios no Congresso de 2016.

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



/BettBrasilEducar



@EducarBett

UM PONTO DE ENCONTRO ONDE O GRANDE OBJETIVO
É O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES,
EDUCADORES E GESTORES EDUCACIONAIS.

✓ + 6.500 congressistas

✓ + 200 expositores

✓ + 230 palestrantes renomados

✓ Presença de autoridades do setor

Confira a programação completa no site, identifique as palestras de maior relevância para sua atuação e não perca a oportunidade de aprender com as mentes mais inspiradoras.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O CONGRESSO!

Condições Especiais para Municípios. Agende a visita de um representante ou solicite proposta: Tel: **(41) 3033-8100**

E-mail: **contato@bettbrasileducuar.com.br**

Site: **www.bettbrasileducuar.com.br/congresso-2016**



BAIXE O APLICATIVO DO EVENTO
E TENHA ACESSO A CONTEÚDOS EXCLUSIVOS.

CHANCELA

REVISTA OFICIAL

PARCEIROS

REALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO



1997-2000

A primeira sede

Entre 1997 e 2000, pela primeira vez uma presidente da Undime-SP cumpriu dois mandatos consecutivos, durante quatro anos. Foi a professora Rute Maria Pozzi Casati, então secretária de Educação de Descalvado. O vice-presidente, em todo o período, foi o professor João Antonio Vasconcelos, DME de Itatiba. Quase no fim dessa gestão, cuja tesoureira era a também professora Sheila Katzer Bovo, concretizou-se a compra da tão sonhada sede própria da Undime-SP, no conjunto 906 da rua Barão de Itapetininga, 297, centro da capital paulista.

Foi uma proeza, considerando-se os reduzidos recursos de que a entidade dispunha. É verdade que a conjuntura política e econômica era favorável. Fernando Henrique Cardoso havia sido eleito presidente da República em 1994, no bojo da imensa popularidade do Plano Real e da estabilização da economia, e se reelegeria em 1998, para cumprir oito anos de mandato até 1º de janeiro de 2003.

Na área da educação federal, houve também um recorde de estabilidade: Paulo Renato Souza permaneceu como ministro durante os dois mandatos de Fernando Henrique, período em que se consolidou a universalização do acesso ao ensino fundamental e surgiram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O ministério, no entanto, ressentia-se da



Rute Maria Pozzi Casati, que presidiu a Undime-SP quando era dirigente municipal em Descalvado

falta de recursos para a educação federal e enfrentou longas greves nas instituições federais.

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que transferiu oficialmente aos municípios a responsabilidade pela oferta de vagas nas creches e pré-escolas. A nova legislação exigiu que os municípios adequassem rapidamente seus sistemas de ensino e capacitassem profissionais da educação, e a Undime-SP logo respondeu à demanda dos DMEs. Em março de 1998, no II Fórum Estadual, a entidade distribuiu uma publicação com o referencial nacional para a educação infantil, tratando, entre outras questões, da evolução

do atendimento, do número de estabelecimentos existentes e do percentual de matrículas.

AVANÇOS E CONFLITOS

A participação da Undime-SP no processo de municipalização foi determinante no estado. A entidade manteve diálogo constante com a Secretaria Estadual de Educação e tornou mais fácil o relacionamento entre o governo e os municípios. Houve, evidentemente, muitos entraves, como a transferência para o âmbito dos municípios dos professores e demais profissionais da educação que estavam vinculados à rede estadual. A categoria temia a possibilidade de perda de salá-

rio, aposentadoria e benefícios. Em maio de 2000, numa reunião da Undime-SP, os dirigentes municipais de educação decidiram elaborar um documento reivindicando, em caráter de urgência, a definição da situação dos profissionais ligados à rede estadual e a publicação de uma lei que encerrasse o conflito.

“Foi um período bastante difícil”, lembra Rute Casati. “O Fundef estava sendo implantado e começava o processo de reorganização das escolas públicas no estado de São Paulo. O problema é que os municípios tinham que aderir a essa municipalização, senão perderiam uma parte da parcela de 15% que vinha da União. Havia duas vertentes entre os dirigentes de educação: os que queriam municipalizar e os que preferiam fazer sua rede própria. Por exemplo, um município analisava a situação e decidia começar com a primeira série do ensino fundamental, depois seguiria com a segunda e assim por diante, ano a ano. Outro município já defendia a ideia de assumir o fundamental inteiro de uma vez, até a oitava série.”

A Undime-SP não podia assumir um desses lados, evidentemente. “O importante era definir o que seria melhor para cada município, de acordo com sua situação e suas necessidades específicas. Cada caso era particular. A capital já tinha uma rede muito grande de alunos, mas alguns municípios do interior, de acordo com sua demanda, do seu entendimento político e de sua visão política, faziam o que achavam melhor para a comunidade. E a Undime-SP tinha de apoiar a todos, indistintamente. Foi uma época bastante tumultuada, pois havia toda essa movimentação que não era fácil de administrar. O município era obrigado a assumir os professores do estado, que continuavam rece-

bendo pelo estado mas tinham que responder ao município. Alguns não entenderam, outros aceitaram melhor. No meu caso, por exemplo, municipalizei até o oitavo ano em Descalvado, pois achei que era a opção mais interessante, que meu município ganharia bastante com isso. E deu certíssimo, vai bem até hoje”, afirma Rute.

AMPLIAÇÃO DA BASE DE ASSOCIADOS

Outra preocupação da Undime-SP era a necessidade de atrair um número maior de associados. Segundo a professora Rute, quando ela assumiu a presidência da diretoria, havia pouco mais de uma centena de municípios associados. “Era preciso convencer os dirigentes municipais de educação da importância de se filiar à Undime-SP, de acreditar mais na entidade, o que requeria um trabalho eficiente de divulgação, para mostrar os benefícios da associação. Precisávamos mostrar serviço, trabalhar muito, e acho que essa missão foi cumprida

nos anos que se seguiram, já que hoje a Undime-SP registra quase 500 municípios associados”, acrescenta a ex-presidente.

“Foi também nessa época que fizemos a matrícula unificada, porque até então era um rolo. O estado fazia as dele, os municípios faziam o mesmo do seu lado. Também trabalhamos junto com a Prodesp, fizemos algumas parcerias e conseguimos avanços nas áreas da merenda escolar e de transporte de estudantes, que eram deficitárias, e chegamos a uma organização mais estruturada”, lembra Rute, que hoje ocupa novamente o cargo de secretária de Educação de Descalvado, o mesmo que exercia quando foi presidente da Undime-SP. Ela também foi secretária de Educação em Caraguatatuba, assistente de direção da tradicional Escola Caetano de Campos, na capital, e membro da equipe técnica da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp) da Secretaria Estadual de Educação, além de ter feito parte do Conselho Estadual de Educação.



Em relação aos avanços registrados entre 1997 e 2000, a professora Rute destaca a criação do Fundef, que proporcionou o recebimento de recursos para a manutenção da educação infantil. “Hoje, algumas coisas complicam a vida dos dirigentes. Por exemplo, o piso do professor está ficando insustentável. Também há o custo-aluno-qualidade, que por enquanto ainda é uma promessa. Essa tem de ser a nossa meta, definir o custo real do aluno e receber os recursos adequados, porque se não acontecer isso nós nos arriscamos a perder tudo o que conseguimos até hoje. E qualidade custa dinheiro”, diz.

Na opinião de Rute, outro problema atual é a creche: “Não nos preparamos para atender essa faixa etária, que é muito cara. E o que a gente recebe não dá para pagar os custos. Mesmo o que recebemos do governo para a merenda escolar é insuficiente. Se o município não põe dinheiro, não toca”. Ela reafirma: “Acho que a questão do custo-aluno-qualidade deve ser o foco da luta da Undime. Não adianta fazer um plano nacional de educação, um plano estadual ou municipal de educação sem ter dinheiro novo. Nada vai dar certo”.

A professora Rute tem críticas a fazer também às legislações rigorosas de controle de gastos, que engessam as iniciativas do município: “Recentemente, o Tribunal de Contas fiscalizou 176 municípios e depois divulgou um manual que não contém um único elogio, só críticas. Será que não encontraram uma única coisa boa em 176 municípios? Agora mesmo estou com uma ação civil pública para conseguir pôr mais 105 crianças na creche e estou construindo dois prédios novos para essa faixa, mas estou impedida de concluir os projetos. Te-



nho que matricular as crianças, por lei, mas não consigo, por causa de outras leis. Então temos algumas barreiras sérias. Preciso cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e, ao mesmo tempo, ampliar os quadros, mas encontro impedimentos legais. O problema é que estamos submetidos a várias legislações que, em alguns casos, são antagônicas. Se eu não contratar pessoal, como vou pôr gente na creche? Sou obrigada a pôr pela Constituição e não posso pôr pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ah, a Constituição é maior, alguém pode dizer. Mas o prefeito vai preso, e eu também”.

Em síntese, Rute considera que as duas questões prioritárias, atualmente, são mesmo o custo-aluno-qualidade e as leis impeditivas, e contraditórias. Nesse conflito, ela acredita que a Undime-SP pode ajudar ainda mais, além de informar e assessorar os dirigentes municipais de educação: “Trata-se de uma entidade que é respeitada, é chamada para o debate, e precisa se posicionar com firmeza. A Undime-SP adquiriu importância, é o espaço que temos para discutir nossas difi-

culdades, para chamar o Ministério Público, a Secretaria Estadual da Educação, o governo federal. Como dizia o Montoro, as pessoas moram no município, não moram no estado nem na União. Tudo acontece no município. Está na hora de distribuir um pouco as receitas”.

Apesar das queixas, Rute Casati guarda ótimas memórias dos quatro anos em que presidiu a Diretoria Executiva da Undime-SP e destaca, entre as realizações do período, a compra da sede própria. “Quando entrei não tínhamos sede. Eu pus todas as coisas no meu carro, levei para São Paulo e consegui um espaço emprestado na Cenp. Era ali que trabalhávamos. Na época, nem a Undime Nacional tinha sede, nenhum estado tinha. A seccional de São Paulo foi a primeira a ter sede própria. Economizamos, economizamos e economizamos, e conseguimos comprar aquelas duas salas”, conclui Rute.

Diretoria Executiva 1997 a 1998 e 1999 a 2000

Presidência

Rute Maria Pozzi Casati –
DME de Descalvado

Vice-presidência

João Antonio Vasconcelos –
DME de Itatiba

Tesouraria

Sheila Katzer Bovo –
DME de Sorocaba

Secretaria-geral

1997 a 1998

Odair Marques da Silva –
DME de Hortolândia

1999 a 2000

Neide Cândido Braz da Silva –
DME de Vargem Grande Paulista

Lema da gestão

Nossa união será a nossa força.

AS SOLUÇÕES PARA MUDAR O MUNDO PODEM ESTAR EM SUAS MÃOS.

A nobre missão de educar inspira o trabalho da Editora Opet e do Sistema Educacional Família e Escola (Sefe), que levam soluções educacionais de qualidade a escolas públicas e privadas, da Primeira Infância ao Ensino Médio. As soluções Opet-Sefe oferecem uma educação pautada na cidadania e na família, que valoriza os professores e os gestores, traz os pais à escola e inspira os estudantes.

EDITORA
Opet  **Sefe**

- ▶ Material didático da Primeira Infância ao Ensino Médio
- ▶ Assessoria pedagógica
- ▶ Eventos educacionais
- ▶ Materiais especiais
- ▶ Formação continuada para professores
- ▶ Cursos de formação a distância
- ▶ Cursos para gestores
- ▶ Visitas técnicas nas escolas
- ▶ Sistema de avaliação
- ▶ Palestra para familiares

Saiba mais:
editoraopet.com.br e sefesistema.com.br

2001-2004

A municipalização avança

No período em que Vera Lúcia Scortecchi Hilst e João Medeiros de Sá Filho exerceram sucessivamente a presidência da Diretoria Executiva da Undime-SP, entre 2001-2002 e 2003-2004, a mudança política mais significativa no país foi a transição do poder federal do PSDB para o PT, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, no lugar de Fernando Henrique Cardoso, e a consequente substituição de Paulo Renato Souza por Cristovam Buarque no Ministério da Educação. Buarque ficou no cargo até janeiro de 2004, sendo substituído por Tarso Genro, que em julho de 2005 deu seu lugar a Fernando Haddad, que permaneceu como ministro por seis anos e meio, no governo Lula e parte do primeiro mandato de Dilma Rousseff, até se eleger prefeito de São Paulo.

No âmbito estadual, os paulistas tiveram a triste surpresa de assistir, em janeiro de 2001, ao afastamento do então governador Mário Covas Júnior, um político de perfil progressista, com um passado de luta pela democracia. Acometido por um câncer, Covas se afastou e faleceu dois meses depois, deixando o cargo para seu vice, Geraldo Alckmin, que seria reeleito em 2002 e, posteriormente, em 2010 e 2014.

Na Secretaria Estadual da Educação, a professora Rose Neubauer desafiou a tradição de curta permanência no cargo de seus antecessores e ficou nada menos do que sete



anos como titular da área, entre janeiro de 1995 e abril de 2002, nos governos de Covas e Alckmin. Rose foi substituída por Gabriel Chalita, que exerceu a função até 2007 – e vale registrar que sua sucessora foi Maria Helena Guimarães de Castro, ex-presidente da Undime-SP e da Undime Nacional.

Em Brasília, em 2001, quinze anos depois de sua criação, a Undime Nacional finalmente concretizou a instalação de sua sede própria e anunciava que estava na hora de “caminhar com as próprias pernas, com autonomia e independência”. No documento final do 8º Fórum Nacional, foram apresentados posicionamentos e reivindicações

como a revisão imediata do custo-aluno pela matrícula do ano em curso, materialização do regime de colaboração, revisão da lei do salário-educação e rediscussão dos mecanismos de financiamento da educação. No mesmo ano foram produzidos pela Undime o roteiro para a elaboração do Plano Municipal de Educação e a minuta para uma lei de sistema municipal de ensino. Também em 2001, a Undime passou a integrar o comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

PEC-MUNICÍPIOS

Em São Paulo, a gestão da Undime-SP presidida por Vera Lúcia

Hilst, secretária da Educação de São Sebastião, avaliava o Programa de Educação Continuada (PEC Formação Universitária), da Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de habilitar em nível superior os docentes das séries iniciais do ensino fundamental da rede estadual. Em seguida, com a mesma concepção, o PEC-Municípios destinava-se a formar em licenciatura plena os professores das redes municipais de ensino fundamental e educação infantil.

O PEC-Municípios se desenvolveu em parceria com a Undime-SP e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do governo estadual, com apoio da USP e da PUC-SP. O curso do PEC-Municípios teria duração de dois anos e, de imediato, recebeu a adesão de aproximadamente 5 mil professores de 35 municípios paulistas, iniciando-se em dezembro de 2002. A Undime-SP montou uma central de informações para atender os prefeitos e dirigentes municipais de educação, a fim de estimular a adesão ao programa.

Ao mesmo tempo, os municípios tiveram de se adaptar rapidamente às rigorosas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, promulgada em maio de 2000), que introduziu uma série de controles e restrições nos gastos públicos, além de sanções severas em caso de descumprimento – e, para complicar, num ano de eleições municipais.

Internamente, a Undime-SP deu sequência à discussão em torno da importância da implantação de redes próprias dos municípios para a educação infantil, com extensa troca de experiências. Uma das referências era Limeira, que recorreu a parcerias para melhorar o atendimento. A entidade também fez uma

Diretoria Executiva 2001 a 2002

Presidência

Vera Lúcia Scortecci Hilst – DME de São Sebastião

Vice-presidência

2001

Styverson Noboru Koga – DME de Araçatiguama

2002

João Medeiros de Sá Filho – DME de Taboão da Serra

Vice-presidência Regionais Grande São Paulo

João Medeiros de Sá Filho – DME de Taboão da Serra

Interior

Maria Isabel Geraldo Calio – DME de Mococa

Secretaria de Coordenação Geral

Heloísa Helena Borger Fernandes Gianecchini – DME de Birigui

Secretaria de Finanças

2001

Maria Isis Monteiro de Barros Magalhães Padilha – DME de Santa Rita do Passa Quatro

2002

Maria América de Almeida Teixeira – DME de São José dos Campos

Secretaria de Articulação

Rosalina Yosko Kawamoto Honorato – DME de Campo Limpo Paulista

Vogais

Antonio Bento Calseverini – DME de Cedral

Vera Maciel Ferreira Moraes – DME de Iguape

Maria Geny Borges Ávila Horle – DME de Mogi das Cruzes

Tamae Estela Kina Martele – DME de Rancharia

Maria América de Almeida Teixeira – DME de São José dos Campos

João Medeiros de Sá Filho – DME de Taboão da Serra

Conselho Fiscal

Maria Cristina Turci Pereira – DME de Tremembé

Mitsuo Marubayashi – DME de Paraguaçu Paulista

Silvia Andréa Rojas Tomazin – DME de Trabiju

Suplentes

Ricardo dos Santos Antônio – DME de Atibaia

Zoel Garcia Siqueira – DME de Guarujá

Vera Lúcia M. Pimentel Costa – DME de São José do Barreiro

Conselho Nacional de Representantes

Vera Lúcia Scortecci Hilst – DME de São Sebastião

Fernando José de Almeida – DME de São Paulo

Rosalina Yosko Kawamoto Honorato – DME de Campo Limpo Paulista

Suplentes

Suely Mozardo Pinotti Marino – DME de Pompeia

Aneor Peres Gusmão – DME de Itararé

Lema da gestão

Ensino municipal com qualidade e participação, trabalhando por você.



INTERIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Na gestão do professor João Me-deiros de Sá Filho, então secretário de Educação de Taboão da Serra, em 2003 e 2004, a discussão central era a definição do custo-aluno-qualidade (CAQ) que, mais de dez anos depois, ainda ocupa lugar na pauta do setor. O CAQ estava previsto na Constituição e integrou as deliberações da LDB, do Fundef e do PNE, em 2001. Era consenso nos pleitos da Undime-SP que qualidade no ensino requeria investimentos financeiros de longo prazo, infraestrutura adequada e qualificação de profissionais.

Em 2003, foram atendidas as reivindicações da Undime em relação à distribuição da cota-parte do salário-educação, e uma lei determinou que os municípios deveriam receber os recursos de acordo com o número de matrículas. O ano marcou também o lançamento do portal da Undime e a realização do 9º Fórum Nacional, com a presença de três ministros.

Em São Paulo, em 2004, iniciaram-se as reuniões itinerantes da Undime-SP, que ampliaram o alcance de suas ações. “No período em que presidi a Undime-SP, a entidade estava em processo de articulação e de interiorização, para expandir seus associados, e para isso realizamos vários encontros no litoral e em outras regiões do estado”, conta o professor João de Sá Filho. “Duas grandes reuniões se destacaram, em Marília e em Presidente Prudente, e também entramos com força na Região Metropolitana de São Paulo. Realizamos, por exemplo, um fórum em São Bernardo do Campo, com o objetivo de divulgar a entidade entre os prefeitos e apresentar nossas propostas e a necessidade de fortalecimento da entida-

de. A proposta central era aglutinar os municípios paulistas em torno de uma política de educação pública democrática para o estado.”

O processo de municipalização do ensino no estado de São Paulo estava em processo de consolidação, como explica João de Sá Filho: “Conseguimos várias modificações na legislação referente aos convênio entre o estado e os municípios, destacando-se a atribuição de aulas dos professores estaduais afastados, o transporte escolar e outras questões. As ações bem-sucedidas dos municípios foram publicadas numa revista produzida pela nossa gestão. Também investimos no processo de informatização da Undime-SP, condição fundamental para atingir a meta de participação de todos os municípios, e consolidamos a parceria com a Fundação Lemann, que resultou no curso Gestão para o Sucesso Escolar para diretores das escolas municipais. Os vencedores participaram de um curso em Buenos Aires, na seccional da Unesco. Apoiamos a elaboração dos planos municipais de educação, com palestras, e participamos da discussão embrionária do Plano Estadual de Educação”.

A Undime-SP também estabeleceu uma política de parceria com fornecedores de produtos educacionais, o que, segundo João Me-deiros de Sá Filho, inaugurou uma nova época nas relações entre a entidade e os municípios. “O número de associados era reduzido e a entidade tinha dívidas com a Undime Nacional, que conseguimos saldar. Além disso, acumulamos fundos, que posteriormente possibilitaram a aquisição da atual sede da Undime-SP, já que o espaço de que dispúnhamos na época não contemplava o nosso projeto de expansão”, lembra o ex-presidente.

parceria com o governo do estado e a Fundação Vanzolini para firmar um convênio com a USP, com o objetivo de formar 2 mil professores das redes de ensino municipal, a distância, numa iniciativa inédita.

Essas atividades proporcionaram o aumento no número de municípios associados, ao mesmo tempo que a Undime-SP ampliava o relacionamento com os dirigentes municipais de educação do estado, proporcionando novas facilidades. Entre outras iniciativas, foram adquiridos móveis e equipamentos para a sede própria e começou a ser editado o jornal da Undime-SP, distribuído em todas as regionais.

2005-2008

A compra da sede atual

Em 2005, o destaque na área da educação foi a promulgação da Lei nº 11.114, complementada pela Lei nº 11.274/2006, determinando o início do ensino fundamental aos 6 anos, o que aumentava para nove o número de séries do ciclo. O prazo para a implantação expiraria em 2010, e os municípios tinham de se adaptar à nova demanda – ou seja, aumento de despesas e investimentos, abertura de novas turmas, aquisição de material didático, adequação pedagógica, ampliação e construção de escolas e contratação de profissionais.

O MEC lançou alguns programas de orientação aos estados e municípios, a fim de esclarecer dúvidas e indicar caminhos para a adaptação às novas exigências. A Undime concentrou-se nesse trabalho e, entre outras iniciativas, fez uma parceria com o MEC e com o Consed para a realização de dez encontros em 2005, um dos quais em Guarulhos.

No âmbito nacional, pela primeira vez a Undime foi convidada a organizar o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Eneja), enquanto preparava seu 10º Fórum Nacional, em cuja carta final destacaram-se dez temas: apoio ao fundo único, defesa do dirigente como gestor dos recursos da educação, ampliação do atendimento da educação infantil, oferta da educa-



Mesa do 2º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

ção de jovens e adultos considerando os concluintes da alfabetização, apoio ao ensino fundamental de nove anos, defesa da inclusão educacional, defesa da educação no campo, implementação de programas de formação inicial e continuada de educadores, implementação de gestão democrática e instituição do regime de colaboração.

Em 2006 foi lançado o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), também com a contribuição da Undime, e de novo a entidade foi uma das organizadoras do Eneja, então em sua oitava edição. Realizou-se ainda o 2º Fórum Nacional Extraordinário, com a apresentação de experiências municipais. Na carta do Fórum, a Undime apresentou uma pauta de reivindicações aos candidatos à Presidência da República, com estes itens: manutenção da vinculação constitucional para a educação, retorno dos recursos desvinculados pela Desvinculação de Receitas da

União (DRU), promoção de uma reforma tributária justa, preservação dos recursos do salário-educação, convocação da Conferência Nacional de Educação, implantação do piso salarial para os profissionais da educação e, novamente, a instituição do Regime de Colaboração.

Na política, Luiz Inácio Lula da Silva seria reeleito em 2006, mantendo Fernando Haddad no Ministério da Educação, enquanto José Serra venceu as eleições para governador de São Paulo e substituiu Cláudio Lembo, que ocupava o cargo desde que Geraldo Alckmin renunciou para se candidatar à presidência. Ou seja, seria mantida por quatro anos a mesma equação PT no governo federal, PSDB no governo paulista.

Desde 2005 e até 2007, a Diretoria Executiva da Undime-SP foi presidida pela professora Rosalina Yosco Kawamoto Honorato, secretária de Educação de Campo Limpo Paulista, tendo como vice-presidente Rosani Puia de Souza Pereira, diretora de Educação de Marília, em 2005 e 2006, e, depois, José Aparecido Duran Netto, que em 2008 assumiu a presidência da entidade.

A pauta da professora Rosalina e de sua diretoria coincidia com as questões discutidas nacionalmente na época, como a extinção do Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentada pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

Na proposta original de criação do Fundeb, as creches eram excluídas dos benefícios, o que estimulou a mobilização da Undime-SP e de outras entidades para alterar uma situação que seria desastrosa para os municípios. Uma comissão da Undime-SP acompanhou a tramitação do projeto em Brasília, até que as creches foram definitivamente incluídas no Fundeb. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, a implantação do Fundo se iniciou em 1º de janeiro de 2007 e foi plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados e municípios para a formação do fundo atingiu o patamar de 20%. O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008 e R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a corresponder a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Em relação ao PEC-Municípios, a Undime-SP contratou um assessor jurídico para orientar os dirigentes. Também elegeu os DMEs de Arujá e Cerquilha como representantes da entidade no conselho gestor do PEC-Municípios.

Destacaram-se ainda os sete encontros com especialistas em políticas públicas e gestões governamentais do Ministério da Educação

Diretoria Executiva 2005 a 2006

Presidência

Rosalina Yosko Kawamoto Honorato – DME de Campo Limpo Paulista

Vice-presidência

Rosani Puia de Souza Pereira – DME de Marília

Vice-presidência Regionais Grande São Paulo

Neide Felicidade Ferreira Fourniol – DME de São Bernardo do Campo

Interior

Pedro Newton Rotta – DME de Regente Feijó

Secretaria de Coordenação Geral

Herb Antonio da Silva Carlini – DME de Americana

Secretaria de Finanças

Maria Julieta Farah Lanças – DME de Bertioga

Secretaria de Articulação

Magda Tonello Pedro Lemos – DME de Dracena

Secretaria de Assuntos Jurídicos

2005

Paulo Henrique Ribeiro Santana – DME de São Sebastião

2006

Reginaldo da Silva – DME de Barretos

Secretaria de Comunicação

Antonio Montesano Neto – DME de Limeira

Vogais

Maria Terezinha Del Cistia – DME de Sorocaba

Maria Geny Borges Ávila Horle – DME de Mogi das Cruzes

Arnaldo Giannini Santalucia – DME de São Manuel

Clélia Mara Santos – DME de Araraquara

Paulo Xavier de Albuquerque – DME de Carapicuíba

Maria do Carmo Lopes – DME de Porto Ferreira

Conselho Fiscal

Durval Antonio Fiorelli – DME de Jaú

Sandra Valéria Muniz – DME de Sud Mennucci

Cintia Lourenço – DME de Tremembé

Suplentes

Maria Elisa Sproesser Alonso – DME de Ilha Comprida

Gunar Wilhelm Koelle – DME de Rio Claro

Maria Ester Cassucci Vieira – DME de São José do Rio Preto

Conselho Nacional de Representantes

José Aparecido Duran Netto – DME de Votuporanga

Maria América de Almeida Teixeira – DME de São José dos Campos

Eneide Maria Moreira da Lima – DME de Guarulhos

Suplentes

Antonio Cornélio Moraes Filho – DME de Ilhabela

Maria Ivani de Arruda Burani – DME de Cerquilha

Rosani Puia de Souza Pereira – DME de Marília

Lema da gestão

Ensino municipal, qualidade e participação, cumprindo o prometido.

promovidos pela Undime-SP em São Carlos, Marília, Guarulhos, Limeira, Sorocaba, Araçatuba e São José do Rio Preto. O objetivo era estreitar o relacionamento entre o MEC e os municípios paulistas. Ao mesmo tempo, a Undime-SP deu sequência aos encontros regionais de dirigentes municipais de educação e à descentralização das reuniões do Conselho de Representantes.

Em 2007, o 11º Fórum Nacional da Undime se realizou em São Luís, capital do Maranhão, pela primeira vez, fora de Brasília, com a participação do ministro da Educação, Fernando Haddad. Nesse evento, o vice-presidente da Undime-SP, José Aparecido Duran Netto, foi eleito vice-presidente da Undime Nacional.

BARÃO DE ITAPETININGA, 46

Em São Paulo, a Undime-SP realizou outra proeza: a compra do imóvel que se transformaria na sede atual, num andar inteiro do prédio localizado no número 46 da rua Barão de Itapetininga, a dois quarteirões de distância da sede da época, que havia sido adquirida em 2000 na gestão de Rute Maria Pozzi Casati. Foi uma importante conquista da diretoria presidida por Rosalina Honorato, considerando que o espaço disponível na Barão de Itapetininga, 297 se tornara pequeno para as necessidades da Undime-SP, em fase de expansão. A diretoria também iniciou o processo de reforma da nova sede e de compra de móveis e equipamentos. Até hoje a antiga sede continua sendo propriedade da Undime-SP, e o valor do seu aluguel contribui de forma significativa para a manutenção das atividades da entidade.

Na gestão seguinte, a reforma se concretizaria, e a Undime-SP ganharia uma sede à altura de suas necessidades e de sua importância.

Diretoria Executiva 2007 a 2008

Presidência

2007 - Rosalina Yosko Kawamoto Honorato – DME de Campo Limpo Paulista

2008 - José Aparecido Duran Netto – DME de Votuporanga

Vice-presidência

José Aparecido Duran Netto – DME de Votuporanga

Vice-presidência Regionais Grande São Paulo

Ângela Donatiello Lopes – DME de Mauá

Interior

2007 - Reginaldo da Silva – DME de Barretos

2008 - Maura Cristiane Balbinot – DME de Ourinhos

Secretaria de Coordenação Geral

Herb Antonio da Silva Carlini – DME de Americana

Secretaria de Finanças

Maria Julieta Farah Lanças – DME de Bertioga

Secretaria de Articulação

Maria Terezinha Del Cistia – DME de Sorocaba

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Ademar Zambrini – DME de Teodoro Sampaio

Secretaria de Comunicação

2007 - Antonio Cornélio Moraes Filho – DME de Ilhabela

2008 - Arnaldo Giannini Santalucia – DME de São Manoel

Vogais

Maura Cristiane Balbinot – DME de Ourinhos

Arnaldo Giannini Santalucia – DME de São Manoel

Clélia Mara Santos – DME de Araraquara

Paulo Batista de Souza – DME de Birigui

Rosimary Mendes de Matos – DME de Embu

Valdicir Stuani – DME de Suzano

Conselho Fiscal

Rosa Laura Garcia Calacina – DME de Dois Córregos

Sandra Valéria Muniz – DME de Sud Mennucci

Maria Ester Cassuci Vieira – DME de São José do Rio Pardo

Suplentes

Ofélia Maria Oliveira Castroleite – DME de Ilha Comprida

Gunar Wilhelm Koelle – DME de Rio Claro

Pedro Newton Rotta – DME de Regente Feijó

Conselho Nacional de Representantes

Rosani Puia de Souza Pereira – DME de Marília

Lindabel Delgado Cardoso – DME de Guarulhos

Maria América de Almeida Teixeira – DME de São José dos Campos

Suplentes

Durval Antonio Fiorelli – DME de Jaú

Tânia Aparecida Ribeiro Botos – DME de Catanduva

Virgínia Alegri – DME de Arujá

Lema da gestão

Defesa pública da educação de qualidade.

2009-2012

Cresce o número de associados

A transferência para a nova sede foi um dos fatos que marcaram a primeira gestão de Suely Alves Maia, secretária de Educação de Santos. E havia motivos para se orgulhar. O décimo terceiro pavimento do número 46 da rua Barão de Itapetininga tornou possível instalar e mobiliar um amplo anfiteatro, áreas administrativas, sala de reunião, sala de descanso, sala da presidência, copa e outras dependências. A Undime-SP ganhava um espaço à altura de sua importância e de sua representatividade.

“Nossa secretária financeira, Maria Julieta Farah Lanças, e outros diretores cuidaram da reforma e do mobiliário. Terminamos as obras e fizemos a mudança, com muita satisfação”, lembra Suely Maia.

Ela diz que a grande bandeira da Undime-SP, na época, era filiar um número maior dos municípios com menor população: “Quando assumimos a diretoria, havia mais ou menos 230 associados. Quando saímos eram mais de 400. Isso porque o nosso projeto era levar o conhecimento e os benefícios disponíveis a todas as regiões do estado e, especialmente, aos municípios menores, que tinham poucos recursos e quase nenhuma infraestrutura. A ampliação do quadro, portanto, foi um dos motes da nos-



Suely Alves Maia, de Santos, presidente da Undime-SP num período de grande expansão; À direita, Alberto Alves Marques Filho, que assumiu o cargo em 2012



sa gestão, para que esses dirigentes se sentissem apoiados pelos municípios maiores. Nossa ideia era aglutinar cada vez mais municípios menores em torno daqueles que tinham um desenvolvimento mais avançado”.

De fato, em 2009 a Undime-SP atingiu o número de 369 associados, o que representava 57% dos municípios do estado. Em 2010, a representação da entidade cresceu para 70% dos municípios.

ARRANJOS REGIONAIS

“A partir dessa mobilização, inclusive, abriu-se a possibilidade de formação dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação, com sustentação do estado, que trouxeram

muitos avanços no atendimento e na qualidade. Alguns dos exemplos são os polos centralizados de Araçatuba, Presidente Epitácio e Presidente Prudente, entre outros. Trata-se de uma solução ainda a ser ampliada, considerando os bons resultados obtidos. Em Araçatuba, são 52 municípios que trabalham muito bem e até ajudam financeiramente as cidades menores, que ficavam distantes de todas as discussões e avanços da educação, com prejuízo para os alunos, diz Suely. Ela acredita que os arranjos ainda são uma necessidade e deveriam ser estimulados ainda mais, como uma das soluções para levar desenvolvimento aos municípios de pequeno porte do estado.

As formas de apoio aos municípios também estavam na pauta do 12º Fórum Nacional, realizado em Curitiba, em 2009, com destaque para temas como educação e gestão do conhecimento, direito de aprender, planejamento estratégico, moral, ética e educação e direito à educação. Cada dirigente recebeu a *Agenda dos Cem Primeiros Dias* e o *Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação*. Ainda em 2009, iniciou-se o Programa de Formação de Gestores Públicos, com o tema “Plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica”.

Em maio de 2011, durante o 13º Fórum Nacional, Cleuza Repulho, DME de São Bernardo do Campo, foi eleita presidente da Undime Nacional.

Em São Paulo, havia uma grande discussão em torno do Plano Nacional da Educação (PNE), depois do amplo levantamento realizado pelo Conae 2010. Elaborado pelo MEC, o projeto de criação do PNE chegou ao Congresso no final de 2010, com a proposta de definir as prioridades e as estratégias da educação do país nos próximos dez anos.

Havia muitos entraves na discussão do plano, entre os quais a revi-

são do piso salarial dos profissionais da educação e a porcentagem do PIB destinada ao setor. A principal polêmica era o financiamento da educação, pois o projeto não especificava o prazo para que fosse alcançado o total do PIB destinado à educação.

A Undime-SP acompanhou de perto esse debate, levando em conta que qualquer que fosse a decisão haveria um impacto significativo nas finanças dos municípios, em relação às fontes dos recursos que sustentariam as crescentes exigências de investimento no setor educacional. Além disso, seria preci-

Diretoria Executiva 2009 a 2010

Presidência

Suely Alves Maia – DME de Santos

Vice-presidência

2009 a 2010

José Adinan Ortolan – DME de Cordeirópolis

2010

Alberto Alves Marques Filho – DME de São José dos Campos

Vice-presidência Regionais Grande São Paulo

Rosimary Mendes de Matos – DME de Embu das Artes

Interior

Rosani Puia de Souza Pereira – DME de Marília

Secretaria de Coordenação Técnica

Rosaura Cecília Racosta – DME de Charqueada

Secretaria de Finanças

Assis das Neves Grillo – DME de Nova Odessa

Secretaria de Articulação

2009

Maura Cristiane Balbinot – DME de Ourinhos

2010

Lucia Helena Couto – DME de Diadema

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Pedro Newton Rotta – DME de Regente Feijó

Secretaria de Comunicação

Renata Patelli Basso – DME de Campo Limpo Paulista

Vogais

2009

Lilian Mantovani – DME de Pedra Bela

Lúcia Helena Couto – DME de Diadema

2009 a 2010

Ademar Zambrini – DME de Teodoro Sampaio

Gilda Cortez Pereira – DME de Guaratinguetá

Sandra Valéria Muniz – DME de Sud Mennucci

Leila Aparecida Ravasio – DME de Mairiporã

2010

José Henrique Rossi – DME de Junqueirópolis

Silvana da Silva e Souza – DME de Santo Antônio do Pinhal

Conselho Fiscal

Eduardo Ferreira Castro – DME de Cruzeiro

Rosa Laura Calacina – DME de Dois Córregos

Tânia Aparecida Ribeiro Botos – DME de Catanduva

Suplentes

Luciano Braz de Marques – DME de Várzea Paulista

Rosileide Vasselo Campanati – DME de Torrinha

Idalina de Andrade Tuena – DME de Getulina

Conselho Nacional de Representantes

Suely Alves Maia – DME de Santos

Lourdes de Souza Moraes – DME de São Carlos

Maira Terezinha del Cistia – DME de Sorocaba

Maria José Favarão – DME de Osasco

Alexandre Schneider – DME de São Paulo

Suplentes

2009

Alberto Alves Marques Filho – DME de São José dos Campos

Raimundo Martins Pereira – DME de Pirapora do Bom Jesus

2009 a 2010

Marisa Mendes Fiusa Kodaira – DME de Tatuí

2010

Lilian Mantovani – DME de Pedra Bela

José Ricardo da Silva Santana – DME de Guarani d'Oeste

Lema da gestão

Educação pública de qualidade como direito de todos.

UNDIME-SP – TRÊS DÉCADAS DE CONQUISTAS

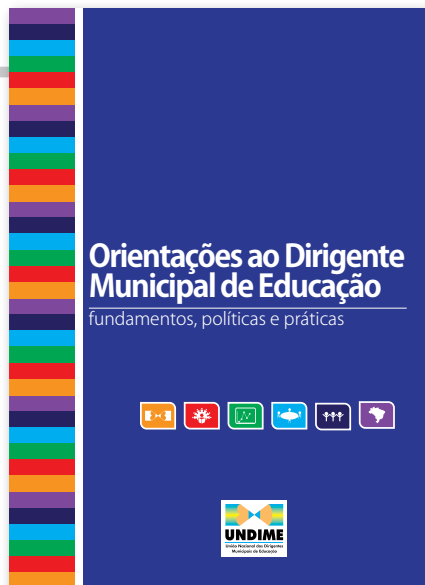
so elaborar planos municipais de educação alinhados ao novo PNE, que foi finalmente sancionado em junho de 2014.

Suely Maia lembra também que, em sua gestão, houve uma aproximação maior entre a Undime-SP e o Tribunal de Contas do Estado: “Havia certo desconhecimento e distanciamento de ambas as partes. Iniciamos a aproximação e o Tribunal começou a designar representantes para fazer palestras para nós. De nossa parte, fomos ao Tribunal falar com os conselheiros, que manifestavam resistências e dúvidas em relação aos nossos gastos e costumavam glosar verbas aplicadas pelos secretários. Era um problema sério para as prefeituras”.

UNDIME ITINERANTE

Alberto Alves Marques Filho, que assumiu a presidência da Undime-SP em 2012, destaca três áreas com avanços bem definidos no período: “Do ponto de vista de infraestrutura e de serviços, foi muito importante a instalação da sede nova. Conseguimos melhorar a qualidade no atendimento. Foi também uma maneira de valorizar o dirigente municipal. Também levar o que chamamos de Undime Itinerante a várias regiões de São Paulo. Sempre ouvíamos dirigentes falando das dificuldades que encontravam para ir até a capital, às vezes sendo necessário percorrer longas distâncias. Então fazíamos três ou quatro reuniões regionais por ano, o que facilitou bastante para todos”.

Na área financeira, Alberto lembra a importância da parceria feita com a Fundação Lemann, que passou a bancar 100% dos custos do Fórum Estadual da Undime-SP: “Isso desonerou nosso caixa, porque era uma despesa grande que desapareceu. A Fundação Lemann



Agenda dos Cem Primeiros Dias e Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação, publicações de grande importância para orientar os DMEs

pagava palestrantes, hotel, alimentação, transporte, publicidade, inscrições, administração, tudo. Foi uma conquista importante não só do lado financeiro, mas pela qualidade que incorporou ao Fórum”.

Em relação aos serviços, Alberto lembra que, no período em que ele e Suely dirigiram a Undime-SP, houve a ampliação do quadro, para 455 municípios associados à entidade, o que também ajudou a proporcionar equilíbrio financeiro. “Além disso, criamos um portal de comunicação e serviços para os dirigentes, com

conteúdo a respeito de plano municipal de educação, merenda, assessoria jurídica etc. Tínhamos especialistas que indicavam o caminho das pedras nas contratações com o estado e com a União, como entrar no PAR, como conseguir recursos. O portal foi muito importante, principalmente para os pequenos dirigentes”, diz.

Outro item destacado por Alberto foi a criação dos grupos de interlocução fixos com o governo do estado, Secretaria de Educação, Ministério Público, Tribunal de Contas e defensorias públicas. “Esses grupos de interlocução e a Undime-SP tinham uma agenda comum que se estendia pelo ano inteiro, e é de fundamental importância dialogar o tempo todo, de maneira institucionalizada e organizada”, acrescenta.

O ex-presidente lembra que a Undime-SP cresceu muito e conquistou respeito porque merece: “É uma entidade extremamente séria e apaixonada pela causa da educação e consegue, com bastante sucesso, deixar as questões políticas em segundo plano e dar direcionamento prioritário às questões da educação, o que outras instituições não conseguem. Politicamente, até pode existir uma agitação interna, não vou dizer que é absolutamente apatidária, mas, de uma forma ou de outra, leva muito mais em consideração a questão da educação. Acho, por exemplo, que a Undime teve uma participação muito importante no Plano Nacional de Educação. Agora, precisa ter uma participação importante também no acompanhamento de sua implantação, de forma ativa e aguerida, para conseguir recursos para melhorar cada vez mais a educação nos municípios”.

2013-2015

Toda a atenção ao PME

As atenções da Undime e dos dirigentes municipais, em 2013, continuavam concentradas na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitava no Senado e deveria ser o norteador dos futuros planos estaduais e municipais. Na Undime-SP, trabalhava-se para que cada Plano Municipal de Educação

(PME) refletisse a realidade do município e colaborasse efetivamente para o desenvolvimento da educação com qualidade.

Nos dois anos seguintes, durante a gestão de Priscilla Maria Bonini Ribeiro, secretária de Educação de Guarujá, a Undime-SP promoveu mais de 50 encontros

regionais com o objetivo exclusivo de orientar os municípios a respeito do PME, depois da aprovação do Plano Nacional da Educação, em junho de 2014. Os estados e os municípios deveriam entregar seus PMEs até junho de 2015, com metas alinhadas com o PNE e visão de longo prazo, até 2024.



“Sabemos as dificuldades que enfrentamos e enfrentaremos para cumprir outras metas do PNE, pois não basta criar um plano que estabeleça metas sem que sejam alteradas outras leis que limitam a ação dos dirigentes públicos e, dessa forma, inviabilizam todo o processo e geram déficit nos orçamentos municipais. Da forma como estão concebidas as metas do PNE e ante as dificuldades que cada município terá para cumprilas, o grande desafio será tirar o PNE do papel e transformá-lo em ações práticas”, disse Priscilla Bonini nas reuniões.

Nesses encontros, a Undime-SP mostrou o alcance do PME e enfatizou que cada município deveria desenvolver um trabalho de acordo com suas características sociais e culturais e sua história. Nesses encontros, foram capacitados gestores, profissionais de educação e as equipes das secretarias. Somente em 2014, a entidade promoveu

23 capacitações e nove seminários em diferentes regiões do estado, com prioridade no atendimento aos municípios mais distantes da capital e aos de menor porte.

Em termos de representação nacional, a Undime-SP continua mantendo a tradição e, durante o 14º Fórum Nacional, realizado em maio de 2013 na cidade baiana de Mata de São João, a DME de São Bernardo do Campo, Cleuza Repulho, foi reeleita presidente da Undime Nacional, enquanto Priscilla Ribeiro se elegeu presidente da Undime Sudeste. Priscilla também se tornou membro do Conselho Estadual de Educação, em agosto de 2013, e em outubro do ano seguinte foi convocada para o Grupo da Instância Especial, que coordenou a elaboração do Plano Estadual de Educação.

GESTÃO PARTICIPATIVA

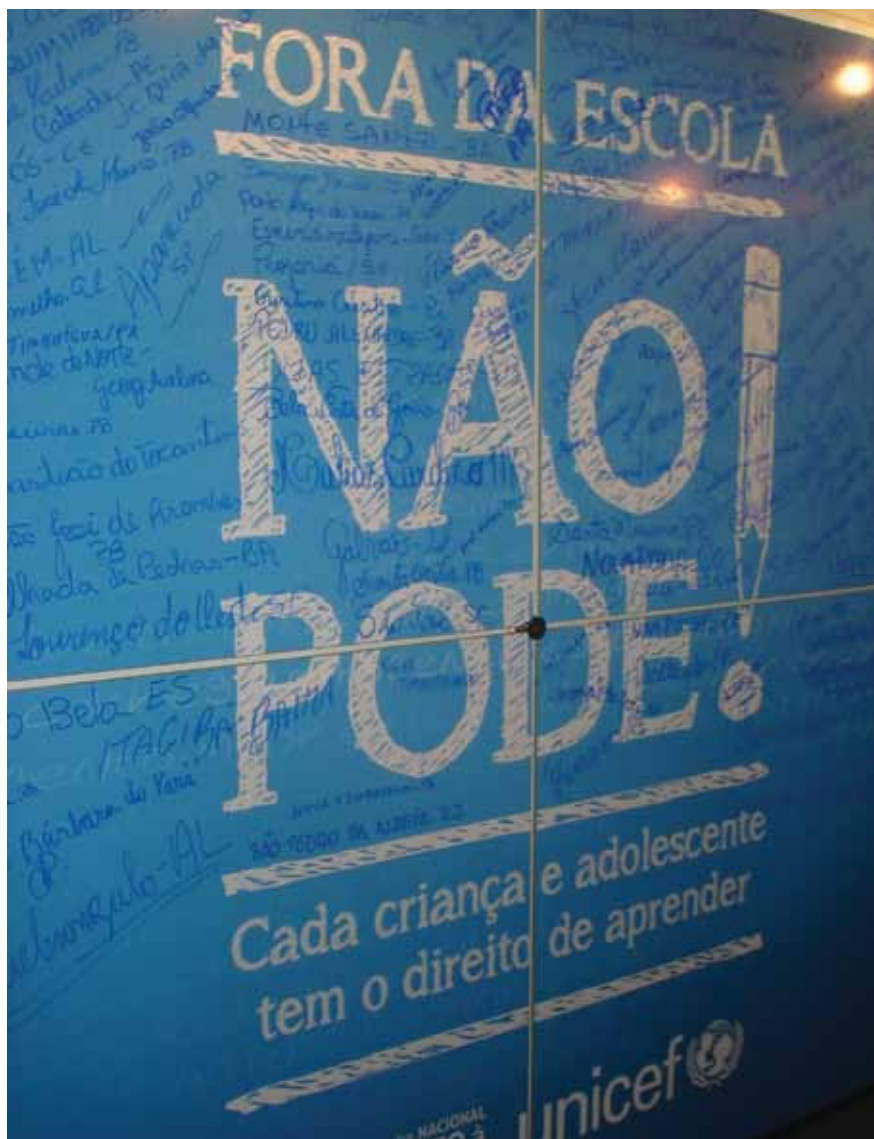
Bem representada em todas as instâncias da educação no país, a

Undime-SP também se preocupou em ampliar a base de associados e, no fim de 2013, já somava 442 municípios filiados, o que representava 69% do total do estado. No ano seguinte, o número de municípios associados se elevou para 477 (73,9% do total). “Nossa gestão foi muito participativa e despendeu em termos de associações porque trabalhamos bastante com os municípios com menos de 20 mil habitantes e que têm dificuldade de apoio na parte de orientação jurídica e de gestão, para oferecer transparência e qualidade”, diz Priscilla, que no momento está afastada da presidência da Undime-SP, substituída por Marialba Carneiro, de Pereira Barreto.

Segundo Priscilla, os resultados positivos e o aumento no número de associados se devem à continuidade do trabalho de seus antecessores e da decisão de “se arrojar na descentralização das atividades da Undime-SP”.

Priscilla Maria Bonini Ribeiro, secretária de Educação de Guarujá: tempo de descentralização





“Nós fomos a todos os cantos do estado de São Paulo para fazer capacitações nas áreas de orientação financeira, jurídica e de gestão, que são os pontos fracos das secretarias municipais de educação, principalmente nos municípios menores. É de suma importância que a Undime-SP possa melhorar mais a cada dia e aperfeiçoar as atividades das secretarias municipais de educação. E para que isso ocorra é preciso haver aprimoramento e capacitação continuada e permanente desses gestores. Então fizemos nessa gestão um

programa bem arrojado de capacitação dos gestores municipais e de apoio técnico permanente”, lembra Priscilla.

Foi esse trabalho o que mais atraiu os DMEs, segundo Priscilla: “No momento em que se desenvolve um processo adequado e qualificado de capacitação do gestor, e ao mesmo tempo é oferecido apoio e amparo a um município por meio da Undime-SP, o município vizinho que vê resultado nessa participação acaba aderindo também. Isso proporcionou um aumento significativo no número

de municípios associados, o que, por sua vez, ampliou a representatividade da entidade”.

Diálogo e articulação permanente com todos os níveis de governo, entre os quais o Ministério Público e o Tribunal de Contas, também caracterizaram a gestão iniciada em 2013.

Hoje, segundo Priscilla, entre os grandes desafios da educação brasileira estão a formação de professores e a participação efetiva das famílias no processo educacional: “O gestor não consegue realizar sua atividade com plenitude se não houver o resgate da família dentro das escolas e, ao mesmo tempo, o apoio da sociedade em relação às ações educacionais”.

A economia também preocupa Priscilla: “Devemos ter um 2016 complexo, para não dizer difícil, em que o panorama econômico já apresenta vários desafios. O Brasil recentemente aprovou um Plano Nacional de Educação com várias metas, e a complexidade de atendimento de algumas dessas metas crescerá devido ao cenário econômico que se configura. Eu digo que a conta sempre precisa fechar, mas há entraves importantes. Vamos ter de cumprir metas desafiadoras, como as vagas em creches, mas alguns municípios têm dificuldades orçamentárias, outros têm problemas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou falta de áreas disponíveis para construção, ou chegaram à capacidade máxima de convênios com instituições autorizadas. Tudo isso acaba travando o processo de expansão das creches. E, certamente, a situação exigirá cada vez mais da Undime-SP, que terá de continuar respondendo à altura aos desafios da educação nos municípios”, acrescenta.

Polos da Undime-SP

ADAMANTINA

Adamantina, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres, Salmourão

ARAÇATUBA

Alto Alegre, Araçatuba, Auriflama, Avanhandava, Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guzolândia, Lourdes, Luizânia, Nova Luzitânia, Penápolis, Piacatu, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapeí, Turiúba

ARARAQUARA

Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Guataparã, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Trabiçu

ASSIS

Assis, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Florínea, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Tarumã

AVARÉ

Águas de Santa Bárbara, Arandu, Avaré, Barão de Antonina, Cerqueira César, Coronel Macedo, Fartura, Iaras, Itaí, Itaporanga, Manduri, Paranapanema, Piraju, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba, Tejuapá

BARRETOS

Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Colômbia, Guaiara, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severínia, Taiacu, Taiúva, Taquaral, Taquaritinga, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto

BAURU

Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Bauru, Borebi, Cabralia Paulista, Duartina, Iacanga, Lucianópolis, Macatuba, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara

BOTUCATU

Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Lençóis Paulista, Pardinho, Pereiras, Pratânia, São Manuel

BRAGANÇA PAULISTA

Águas de Lindóia, Amparo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti, Vargem

CAMPINAS I

Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio da Posse

CAMPINAS II

Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Monte Mor, Nova Odessa, Sumaré, Valinhos, Vinhedo

CARAGUATATUBA

Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba

CATANDUVA

Ariranha, Catanduva, Catiguá, Elisiário, Embaúba, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Novais, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Sales, Santa Adélia, Tabapuã, Urupês

CRUZEIRO

Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras

DRACENA

Dracena, Flora Rica, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho, Tupi Paulista

FERNANDÓPOLIS

Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Turmalina

FRANCA

Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista

GRANDE SÃO PAULO – ABCD

Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul

GRANDE SÃO PAULO – LESTE

Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano

GRANDE SÃO PAULO – NORTE

Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel

GRANDE SÃO PAULO – OESTE

Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista

GUARATINGUETÁ

Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira

ITAPEVA

Apiá, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itaoca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarivaí

ITAPIRA

Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim

JALES

Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubineia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia, Vitória Brasil

JAÚ

Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boraceia, Dois Córregos, Igarçu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Mineiros do Tietê

JUNDIAÍ

Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Várzea Paulista

LIMEIRA

Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição

LINS

Cafelândia, Getulina, Guaicara, Guaimbê, Guarantã, Lins, Pongá, Promissão, Sabino, Uru

MARÍLIA

Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Júlio de Mesquita, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompeia, Vera Cruz

OURINHOS

Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Timburi

PEREIRA BARRETO

Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçá, Guararapes, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Rubiácea, Sud Mennucci, Suzanópolis, Valparaíso

PIRACICABA

Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Elias

Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro

PRESIDENTE EPITÁCIO

Caiuá, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Tarabaí, Teodoro Sampaio

PRESIDENTE PRUDENTE

Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba

REGISTRO

Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Sete Barras

RIBEIRÃO PRETO

Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Jaboti cabal, Jardinópolis, Luiz Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho

RIO CLARO

Analândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro, Santa Gertrudes, Torrinhã

SANTOS

Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente

SÃO CARLOS

Descalvado, Dourado, Ibaté, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Aguaí, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul

SÃO JOAQUIM DA BARRA

Aramina, Buritizal, Guará, Ipuã, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Adolfo, Bady Bassit, Bálamo, Cedral, Guapiaçu, Ibirá, Icém, Ipiúá, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia,

UNDIME-SP – TRÊS DÉCADAS DE CONQUISTAS

Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, São José do Rio Preto, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Zacarias

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, São José dos Campos

SÃO PAULO

São Paulo

SOROCABA-ITAPETININGA

Alambari, Alumínio, Angatuba, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Cabreúva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Votorantim

TAUBATÉ

Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé

TUPÃ

Arco-Íris, Bastos, Borá, Herculândia, Iacri, Parapuã, Quatá, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Tupã

VOTUPORANGA

Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Floreal, General Salgado, Gastão Vidigal, Macaubal, Magda, Monções, Nhandeara, Nova Castilho, Parisi, Pontes Gestal, Riolândia, Sebastianópolis do Sul, Valentim Gentil, Votuporanga

Representantes institucionais

Plano Municipal de educação –
Avaliadores educacionais

SUPERVISORAS

Maria das Graças M. Daemon – DME de Taquarituba
Marialba da G. Garcia Carneiro –
DME de Pereira Barreto
Rosângela Ceron do Valle Pereira
Polidoro – DME de Tabapuã
Beatriz Cardoso Cordero
Clarissa Emi Hirao
Rejane Maria Emílio
Vivian Dibi Gimenes

EXECUTIVA

Marilena Rissutto Malvezzi

TÉCNICOS

Celso Fernando Iversen – DME de Boituva
Edimar Batista de Oliveira – DME de Teodoro Sampaio
Eliana Antonia Duarte Bertocello
Monteiro – DME de Olímpia
Flávia Rossi – DME de Itapira
Luciene Garcia Ferreira e Silva – DME de Tarumã
Márcia Aparecida Bernardes – DME de Atibaia
Maria Cláudia Brondani Rabelo – DME de Cajati
Myriam Suely Assano Ono – DME de Bastos
Rita de Cássia Trasferetti – DME de Indaiatuba
Selma Monteiro Chueco Belineli – DME
de São Luiz do Paraitinga
Silvia Cristina Rodolfo – DME de Votuporanga

PEDAGÓGICA

Simone Cristina Savério Ribeiro – DME de Pompeia
Valdir de Carli – DME de Iacanga
Vanilton Machado de Oliveira – DME de Capela do Alto
Arthur José Pavan Torres
Evelize Assunta Padovani Monteiro
Hélio José dos Santos
Julia Rira Franco Pereira
Luiz Fernando Tofanelli
Marcos Aparecido Vargas
Maria da Graça Zucchi Moraes
Maria Eunice Silva Abboude
Maria Salete Aparecida Camargo
Maria Silvia Azarite Salomão
Marta Baroni Nudeliman Valdambrini
Nathália Regina Gasparelli Herrero
Regina Celi da Silva Rocha
Sebastião Aparecido Ferreira

Outras representações

AGENDA TERRITORIAL DO EJA

Ademar Zambrini – DME de Rancharia

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (INEP E SAEB)

Sonia Regina Guaraldo – DME de Birigui

COMITÊ PNAIC E PACTO

Rute Maria Pozzi Casati – DME de Descalvado

CONSELHO ESCOLAR

Daniel Gomes – Técnico de Santos

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Ivan de Carvalho – DME de Bertioga

GT DO ENSINO FUNDAMENTAL

Luiz Miguel Martins Garcia – DME de Sud Mennucci

MAIS EDUCAÇÃO

João Roberto Costa de Souza – DME de Jacaré

OLIMPIADAS DA LÍNGUA PORTUGUESA (OBMEP)

Rosa Laura G. Calacina – DME de Dois Córregos

PROJETO TRILHAS

Rosângela Ceron do Valle P. Polidoro – DME de Tabapuã

PARFOR ESTADUAL

Priscilla Maria Bonini Ribeiro – DME de Guarujá

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

João Roberto Costa de Souza – DME de Jacaré

PROINFO

Cláudia Cristina dos Santos Rodrigues – DME de Guaraçai

Antonio Carlos – Técnico de São José dos Campos

PRONATEC

Maria das Graças Daemon – DME de Taquarituba

Conselho de Educação Escolar Quilombola do Estado de São Paulo

TITULAR

Maria Escolástica Mancio Oliveira – DME de Eldorado

SUPLENTE

João Noberto Fogaça Junior – Coordenador de
Escolas Quilombolas no Município de Eldorado

Lei de Responsabilidade Fiscal, Financiamento da Educação, Formação Inicial e Continuada dos Profissionais de Educação e Currículo Comum

RELATORAS

Maria Tereza Paschoal de Moraes – DME de Ourinhos

Rute Maria Pozzi Casati – DME de Descalvado

MEMBROS

Ademar Zambrini – DME de Rancharia

Aparecido Donizete Alves Cipriano – DME de Barretos

Deodete das Graças Valente Geraldo – DME de Fernandópolis

Mara Suzany Romano Bergamo – DME de Taguaí

Vanilton Machado de Oliveira – DME de Capela do Alto

Profuncionário

TITULAR

Venúzia Fernandes do Nascimento – DME de Santos

SUPLENTE

Lilian Gonzalez Marques – Técnica de Santos

Comissões de análises e estudos

COMISSÃO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Aparecido Donizete Alves Cipriano – Barretos

Maria Cláudia Brondani Rabelo – Cajati

Solange Villon Kohn Pelicer – Campinas

Vanilton Machado de Oliveira – Capela do Alto

Margarete Stella Moraes – Cravinhos

Rute Maria Pozzi Casati – Descalvado

Jovana Leite de Oliveira Dognani – Fartura

Nathália Regina Gasparelli – Ilha Solteira

Geni Cardoso Müzel Santos – Itapeva

Marilda Cortijo – Itu

José Henrique Ross – Junqueirópolis

Célia Maria Monte Viam Rocha – Socorro

Luiz Miguel Martins Garcia – Sud Mennucci

COMISSÃO BASE NACIONAL COMUM

Sônia Regina Guaraldo – Birigui

Margarete Stella Moraes – Cravinhos

Fabiana Granado Garcia Sampaio – Franca

Gerson da Silva Rodrigues – Guarujá

João Roberto Costa de Souza – Jacaré

Lídia Lúcia Sarmento de Lima – Ilhabela

Roberta França Fortes – Ilha Comprida

Rita de Cássia Trasferetti – Indaiatuba

Maria de Fátima Silveira Polesi Lukjanenko – Itatiba

Adriana Ijano Motta – Limeira

Marisa Bernardo Freitas – Nova Campina

Venúzia Fernandes do Nascimento – Santos

Cleia Maria da Luz Rivero – São Pedro

Célia Maria Monti Viam Rocha – Socorro

Luiz Miguel Martins Garcia – Sud Mennucci

Mara Suzany Romano Bergamo – Taguaí

COMISSÃO ADMINISTRATIVA (PLANO DE CARREIRA)

Osni João Pereira – Barra do Turvo

Aparecida da Graça Carlos – Carapicuíba

Alessandra Wiebeck Caniatto – Cordeirópolis

Paulo Alves Pereira – Cosmópolis

Margarete Stella Moraes – Cravinhos

Lilian Braga Vieira – Itapevi

Marilda Cortijo – Itu

Heloisa Maria Cunha do Carmo – Rio Claro

COMISSÃO EDUCAÇÃO INFANTIL

Marialba da Glória Garcia Carneiro – Pereira Barreto

Márcia Aparecida Bernardes – Atibaia

Aparecido D. A. Cipriano – Barretos

Myriam Suely Assano Ono – Bastos

Margarete Stella Moraes – Cravinhos

Cláudia Cristina dos Santos Rodrigues – Guaraçai

Geni Cardoso Müzel Santos – Itapeva

UNDIME-SP – TRÊS DÉCADAS DE CONQUISTAS

Marilda Cortijo – Itu
Renata Ribeiro Sandoval Ferreira Pagatto – Ituverava
Claudia Maximino Meirelles – Praia Grande
Venúzia Fernandes do Nascimento – Santos
Telma Antônia Marques Vieira
– São José do Rio Preto
Luiz Miguel Martins Garcia – Sud Mennucci
Fabiana Alves da Silva Miziara – Tanabi

COMISSÃO SISTEMA NACIONAL DE ENSINO

Solange Villon Kohn Pelicer – Campinas
Margarete Stella Moraes – Cravinhos
Marilda Cortijo – Itu
Claudicir Brazilino Picolo – Nova Odessa
Milta Alves Ribeiro Maron – Salto
Venúzia Fernandes do Nascimento – Santos
Luciano Rogério Destro Giacóia – São Manuel

REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO OU ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

Aparecida da Graça Carlos – Carapicuíba
José Carlos Brito Junior – Itapevi
Osni João Pereira – Barra do Turvo
Celso Fernando Iversen – Boituva
Paulo Alves Pereira – Cosmópolis
Alessandra Wiebeck Caniatto – Cordeirópolis
Simone Cristina Saverio Ribeiro – Pompeia
Leandro Vitoriano da Silva – Rubineia
Daiana Pereira Belaz – Presidente Venceslau
Eliana Célia Esperança de Campo
Ferreira – Pereira Barreto
Elza de Araújo Góes – São José do Rio Preto
Silvia Aparecida de Almeida – Barretos
Clicia Helena Rezende Franco do Amaral – Cravinhos

AVALIADORES EDUCACIONAIS

Marialba da Glória Garcia Carneiro – Pereira Barreto
Marilena Rissuto Malvezzi – SEE/SP
Laudina de Andrade Salomão – SEE/SP
Regina Celi da Silva Rocha – Campinas
Vivian Dibi Gimenes – SEE/SP
Jovana Leite de Oliveira Dognani – Fartura
Beatriz Cardoso Cordero – SEE/SP
Nathália Regina Gasparelli – Ilha Solteira
Maria das Grças Marins Daemon – Taquarituba
Clarissa Emi Hirao – SEE/SP
Rita de Cassia Trasferetti – Indaiatuba
Flávia Rossi – Itapira
Luiz Fernando Tofanelli – Jaboticabal
Marta Baroni Nudeliman Valdambrini
– São João da Boa Vista
Rosi Ribeiro de Marco – SEE/SP
Rosângela Ceron do Valle Pereira Polidoro – Tabapuã
Celso Fernando Iversen – Boituva

Vanilton Machado de Oliveira – Capela do Alto
Edimar Batista de Oliveira – Teodoro Sampaio
Helio José dos Santos – Adamantina
Luciene Garcia Ferreira e Silva – Tarumã
Myriam Suely Assano Ono – Bastos
Maria Amelia Kuhlmann Fernandes – SEE/SP
Silvia Cristina Rodolfo – Votuporanga

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

BÁSICA/ INEP/ SAEB

Sônia Regina Guaraldo – Birigui

COMISSÃO DO FUNDEB

Silvia Cristina Rodolfo – Votuporanga
Luciene Garcia Ferreira e Silva – Tarumã

FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Priscilla Maria Bonini Ribeiro – Guarujá

MAIS EDUCAÇÃO

João Roberto Costa de Souza – Jacareí

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO/ PNLD

João Roberto Costa de Souza – Jacareí

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA (NEI)

Ivan de Carvalho – Bertioga

CONSELHO ESCOLAR

Daniel Gomes – Santos

CONSELHO DE EDUCAÇÃO ESCOLA QUILOMBOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Haydée nSaletti Padovam de Macedo – Eldorado
João Norberto Fogaça Júnior – Eldorado

PROFUNCIÁRIO

Venúzia Fernandes do Nascimento – Santos
Lilian Gonzalez Marques – Santos

PARFOR - FÓRUM PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE (ESTADUAL)

Priscilla Maria Bonini Ribeiro – Guarujá

PNAIC/ PACTO

Rute Maria Pozzi Casati – Descalvado

PROINFO

Antonio Carlos de Oliveira – São José dos Campos
Cláudia Cristina dos Santos Rodrigues – Guaraçai

TRILHAS - INSTITUTO NATURA

Rosângela Ceron do Valle Pereira Polidoro – Tabapuã

SEJA PARCEIRO do
ETAPA Público.
EDUCAÇÃO
de **ALTO NÍVEL**
é nosso
COMPROMISSO.

O ETAPA Público é um projeto que leva à rede municipal de ensino a experiência acumulada em 45 anos de atuação do Grupo ETAPA.

Diferenciais ETAPA Público:

Material consagrado e flexível aos projetos pedagógicos
Acompanhamento sistemático junto às escolas
Educação continuada dos professores
Ferramentas de avaliação dos alunos
Livro de orientação aos pais
Manual de psicomotricidade
Cartazes pedagógicos

Entre em contato conosco,
agende uma visita com um de nossos
consultores e veja como o ETAPA Público
pode contribuir para o seu município.

(11) 3884-0680

atendimento@etapapublico.com.br
www.etapapublico.com.br

MATERIAL DIDÁTICO
**SISTEMA
ETAPA
PÚBLICO**

Instituto Singularidades

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA



**Parabéns UNDIME
pelos seus 30 anos!**

**Na Educação, as melhores soluções surgem
com o trabalho em grupo.**

O Instituto Singularidades é referência na formação de educadores e especialistas através de cursos de Graduação em Pedagogia, Letras e Matemática, além de Pós-Graduação e Extensão.

Forma professores usando metodologias inovadoras focadas na sala de aula.

Agora, nossos pedagogos e educadores podem ajudar você a pensar nas melhores soluções em Educação. **ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA.**

**Criar soluções que melhoram a educação
faz parte do nosso DNA**

Tel. (11) 3034 5445 / institutosingularidades.edu.br



**instituto
SINGULARIDADES**
Formando professores, transformando o futuro